

TRIBUNAL
DE CONTAS
DE SANTA
CATARINA

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO PREFEITO EXERCÍCIO DE 2011



Município de Morro Grande

Data de Fundação – 30/03/1992

População: 2.888 habitantes (IBGE - 2011)

PIB: 71,88 (em milhões)
(IBGE - 2009)



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	3
2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO	4
3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA	6
3.1. Apuração do resultado orçamentário.....	6
3.2. Análise do resultado orçamentário	7
3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias	8
4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA	15
4.1. Situação Patrimonial	16
4.2. Análise do resultado financeiro.....	17
4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira	18
5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES.....	21
5.1. Saúde.....	21
5.2. Ensino	23
5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências.....	23
5.2.2. FUNDEB.....	25
5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF).....	28
5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município	28
5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo	29
5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo	31
6. DO CONTROLE INTERNO.....	32
7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA.....	33
8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010	35
9. RESTRIÇÕES APURADAS	39
10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011.....	40
CONCLUSÃO	41
ANEXO	43
APÊNDICE.....	44

PROCESSO	PCP 12/00093582
UNIDADE	Município de Morro Grande
RESPONSÁVEL	Sr. Enio Zuchinali - Prefeito Municipal
ASSUNTO	Prestação de Contas do Prefeito referente ao ano de 2011
RELATÓRIO Nº	2675/2012

INTRODUÇÃO

O Tribunal de Contas de Santa Catarina, no uso de suas competências para a efetivação do controle externo consoante disposto no artigo 31, § 1º, da Constituição Federal e dando cumprimento às atribuições assentes nos artigos 113 da Constituição Estadual e 50 e 54 da Lei Complementar nº 202/2000, procedeu ao exame das Contas apresentadas pelo Município de Morro Grande, relativas ao exercício de 2011.

O presente Relatório abrange a análise do Balanço Anual do exercício financeiro de 2011 e as informações dos registros contábeis e de execução orçamentária enviadas por meio eletrônico, buscando evidenciar os resultados alcançados pela Administração Municipal, em atendimento às disposições dos artigos 20 a 26 da Resolução nº TC-16/94 e artigo 22 da Instrução Normativa nº TC-02/2001, bem como o artigo 3º, I da Instrução Normativa nº TC-04/2004.

A referida análise deu-se basicamente na situação Patrimonial, Financeira e na Execução Orçamentária do Município, não envolvendo o exame de legalidade e legitimidade dos atos de gestão, o resultado de eventuais auditorias oriundas de denúncias, representações e outras, que devem integrar processos específicos, a serem submetidos à apreciação deste Tribunal de Contas.

No que tange a análise da situação Patrimonial e Financeira foram abordados aspectos sobre a composição do Balanço, apuração do resultado financeiro e de quocientes patrimoniais e financeiros para auxiliar a análise dos resultados ao longo dos últimos cinco exercícios.

Registre-se que a média regional indicada no presente relatório corresponde à respectiva Associação de Municípios que abrange Morro Grande, sendo que as médias apresentadas foram geradas em 03/10/2012.

Com referência a análise da Gestão Orçamentária tomou-se por base os instrumentos legais do processo orçamentário, a execução do orçamento de



forma consolidada a apuração e a evolução do resultado orçamentário, atentando-se para o cumprimento dos limites constitucionais e legais estabelecidos no ordenamento jurídico vigente.

2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO¹

Os primeiros colonizadores desbravaram as terras onde hoje se encontra Morro Grande a partir de 1918. Eram famílias descendentes de italianos vindas de Rancho dos Bugres, Morro da Fumaça, Rio Galo, Urussanga, Vila Nova, Içara e Criciúma, atraídas pela promessa de solo fértil. Ao longo de 10 anos, formou-se no local uma comunidade com centenas de imigrantes e muitas crianças, o que levou à construção da primeira escola - antes disso, as crianças até 14 anos tinham aulas em uma casa particular. Morro Grande foi distrito de Meleiro, do qual emancipou-se em 30 de março de 1992.

O Município de Morro Grande tem uma população estimada em 2.888² habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,79³. O Produto Interno Bruto alcançava o valor de R\$ 71.876.847,00⁴, revelando um PIB per capita à época de R\$ 25.901,57, considerando uma população estimada em 2009 de 2.775 habitantes.

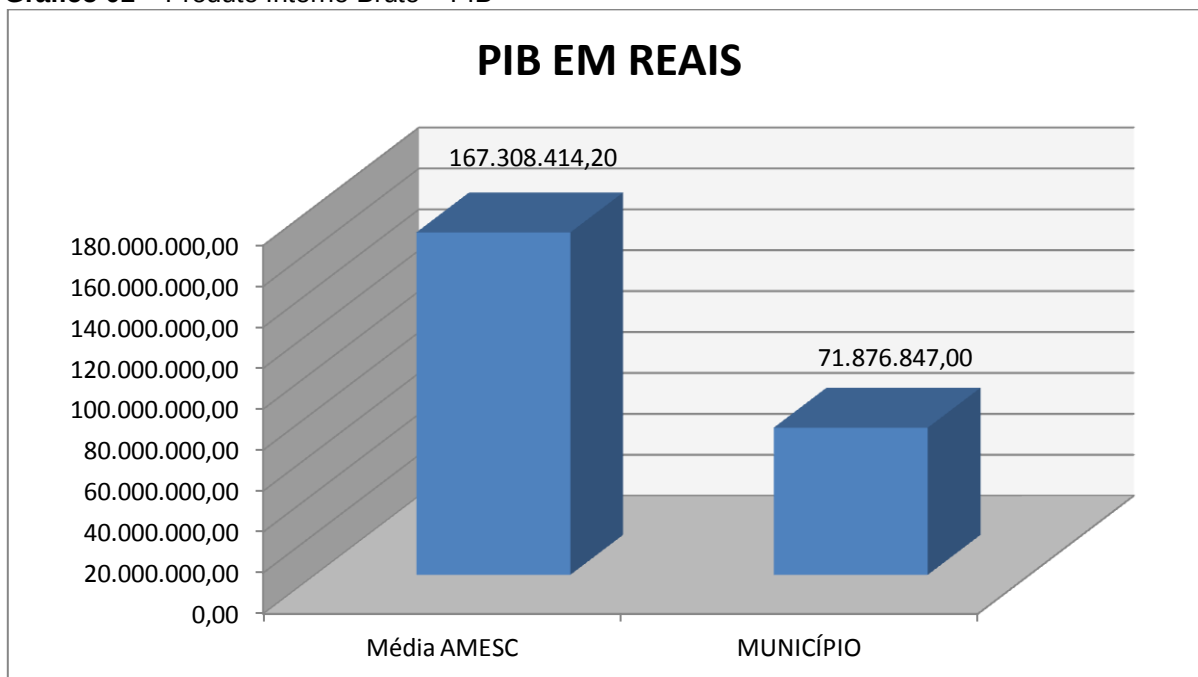
¹ Disponível em: www.sc.gov.br/portalturismo

² IBGE - 2011

³ PNUD - 2000

⁴ Produto Interno Bruto dos Municípios – IBGE/2009

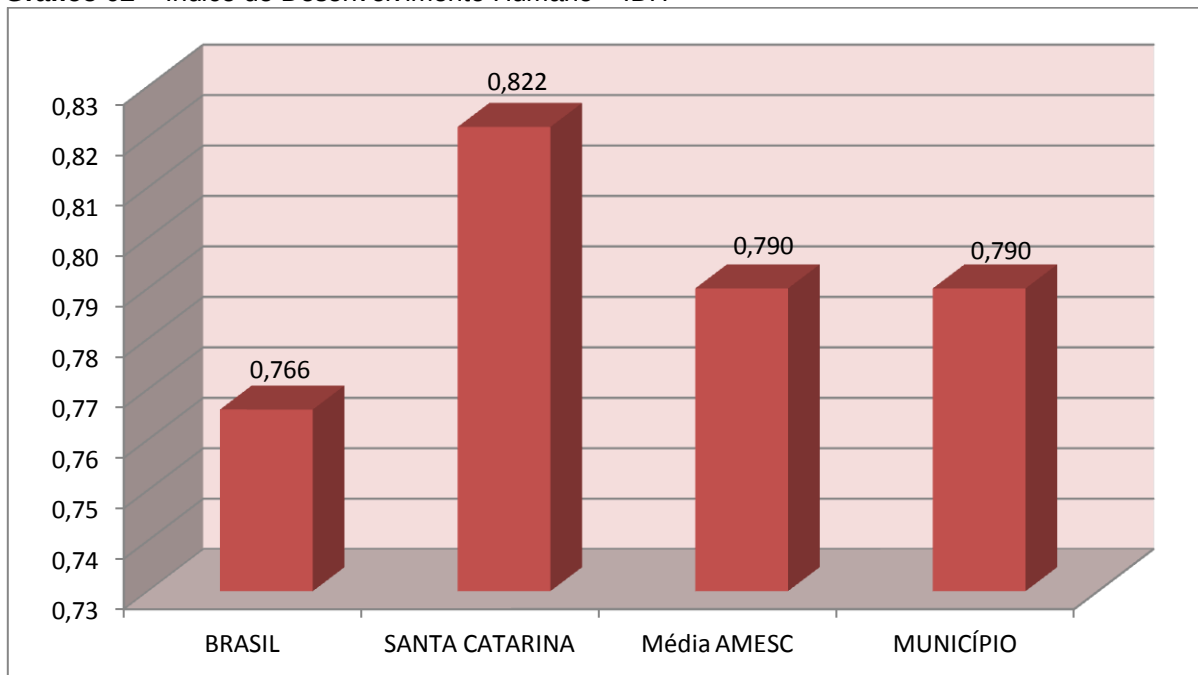
Gráfico 01 – Produto Interno Bruto – PIB



Fonte: IBGE – 2009

No tocante ao desenvolvimento econômico e social mensurado pelo IDH/PNUD/2000, o Município de Morro Grande encontra-se na seguinte situação:

Gráfico 02 – Índice de Desenvolvimento Humano – IDH



Fonte: PNUD – 2000

3. ANÁLISE DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A análise da gestão orçamentária envolve os seguintes aspectos: demonstração da apuração do resultado orçamentário do presente exercício, com a demonstração dos valores previstos ou autorizados pelo Poder Legislativo; apurando-se quocientes que demonstram a evolução relativa do resultado da execução orçamentária do Município; a demonstração da execução das receitas e despesas, cotejando-as com os valores orçados, bem como a evolução do esforço tributário, IPTU per capita e o esforço de cobrança da dívida ativa. Por fim, apura-se o total da receita com impostos (incluídas as transferências de impostos) e a receita corrente líquida.

Segue abaixo os instrumentos de planejamento aplicáveis ao exercício em análise, as datas das audiências públicas realizadas e o valor da receita e despesa inicialmente orçadas:

Quadro 01 – Leis Orçamentárias

LEIS		DATA DAS AUDIÊNCIAS	RECEITA ESTIMADA	12.298.000,00
PPA	678			
LDO	698/2010	20/10/2010	DESPESA FIXADA	12.298.000,00
LOA	702/10			

3.1. Apuração do resultado orçamentário

O confronto entre a receita arrecadada e a despesa realizada, resultou no Déficit de execução orçamentária da ordem de **R\$ 262.806,80**, correspondendo a **2,76%** da receita arrecadada.

Salienta-se que o resultado consolidado, Déficit de R\$ 262.806,80, é composto pelo resultado do Orçamento Centralizado - Prefeitura Municipal, Déficit de R\$ 290.373,55 e do conjunto do Orçamento das demais Unidades Municipais Superávit de R\$ 27.566,75.

Ressalta-se que o Déficit em questão foi totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior (R\$ 709.885,17), conforme demonstrado na apuração da variação do patrimônio financeiro (item 4.2, deste Relatório).

Assim, a execução orçamentária do Município pode ser demonstrada, sinteticamente, da seguinte forma:

Quadro 02 – Demonstração do Resultado da Execução Orçamentária (em Reais) – 2011

Descrição	Previsão/Autorização	Execução	% Executado
RECEITA	12.298.000,00	9.506.981,80	77,31
DESPESA (considerando as alterações orçamentárias)	13.260.533,81	9.769.788,60	73,68
Déficit de Execução Orçamentária		262.806,80	

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: A divergência entre a variação do patrimônio financeiro e o resultado da execução orçamentária no montante de R\$ 60.000,00, está anotada no item 9.1.6. do Capítulo 9 deste Relatório.

Obs.: Com relação aos valores impróprios lançados no Ativo Realizável no exercício em análise da Unidade Prefeitura Municipal, vide restrição 9.1.4. anotada no item Restrições de Ordem Legal deste Relatório.

3.2. Análise do resultado orçamentário

A análise da evolução do resultado orçamentário é facilitada com o uso de quocientes, pois os resultados absolutos expressos nas demonstrações contábeis são relativizados, permitindo a comparação de dados entre exercícios e Municípios distintos.

A seguir é exibido quadro que evidencia a evolução do Quociente de Resultado Orçamentário do Município de Morro Grande nos últimos 5 anos:

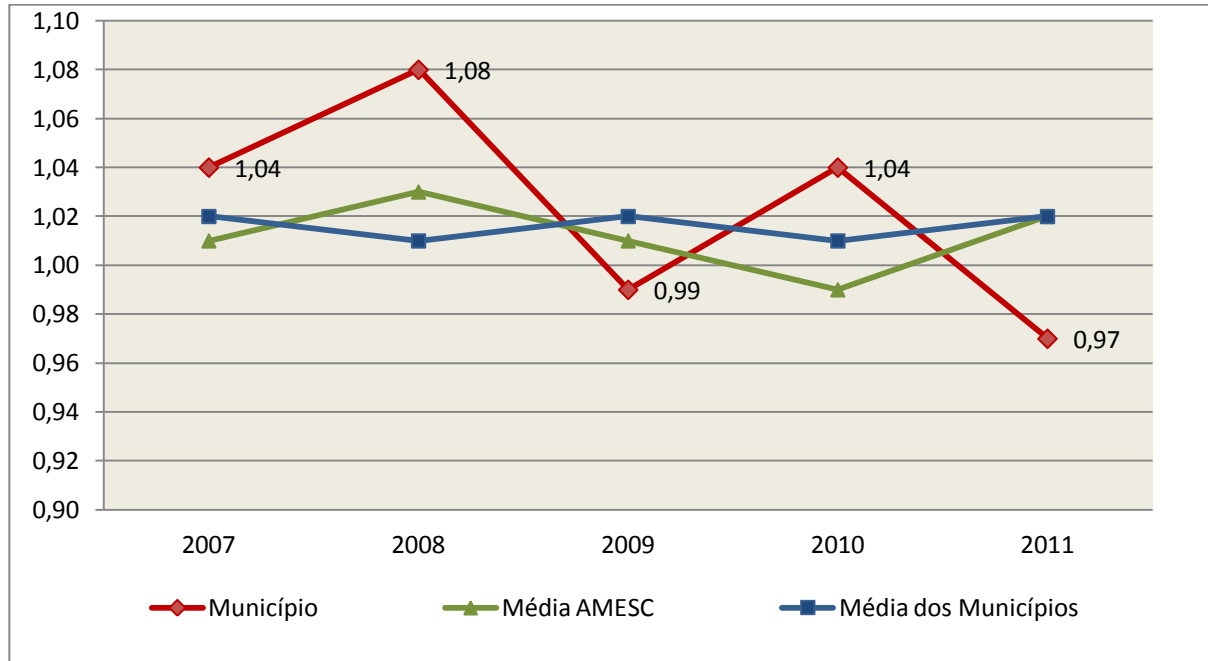
Quadro 03 – Quocientes de Resultado Orçamentário – 2007-2011

ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Receita realizada	5.905.052,50	7.124.878,70	7.706.998,93	9.658.221,00	9.506.981,80
2 Despesa executada	5.666.202,35	6.622.122,12	7.806.635,19	9.330.116,31	9.769.788,60
QUOCIENTE	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Orçamentário (1÷2)	1,04	1,08	0,99	1,04	0,97

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado e análise técnica.

O resultado orçamentário pode ser verificado por meio do quociente entre a receita orçamentária e a despesa orçamentária. Quando esse indicador for superior a 1,00 tem-se que o resultado orçamentário foi superavitário (receitas superiores às despesas).

Gráfico 03 – Evolução dos Quocientes de Resultado Orçamentário: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

3.3. Análise das receitas e despesas orçamentárias

Os quadros que sintetizam a execução das receitas e despesas no exercício trazem também os valores previstos ou autorizados pelo Legislativo Municipal, de forma que se possa avaliar a destinação de recursos pelo Poder Executivo, bem como o cumprimento de imposições constitucionais.

No âmbito do Município, a receita orçamentária pode ser entendida como os recursos financeiros arrecadados para fazer frente às suas despesas.

A receita arrecadada do exercício em exame atingiu o montante de **R\$ 9.506.981,80**, equivalendo a **77,31%** da receita orçada.

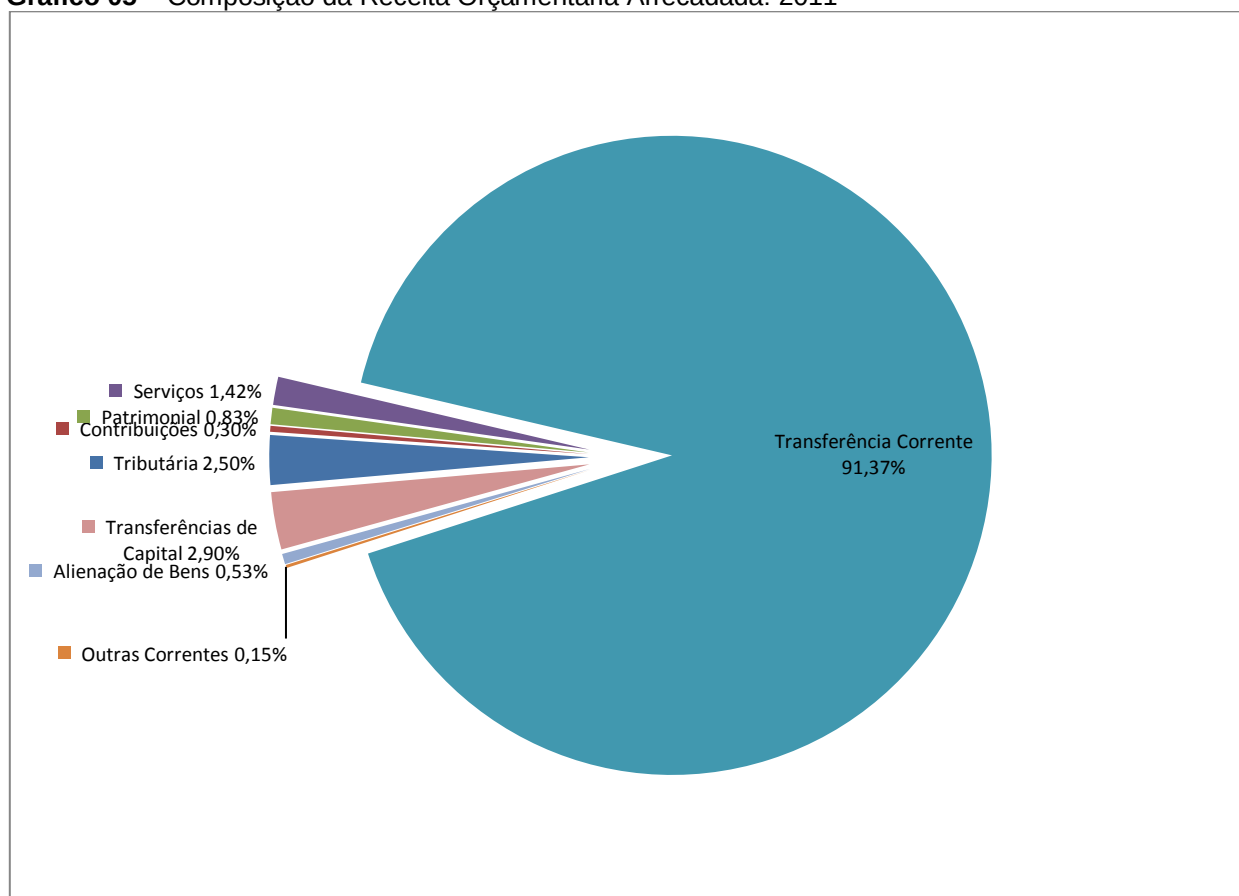
As receitas por origem e o cotejamento entre os valores previstos e os arrecadados são assim demonstrados:

Quadro 04 – Comparativo da Receita Orçamentária Prevista e Arrecadada (em Reais): 2011

RECEITA POR ORIGEM	PREVISÃO	ARRECADAÇÃO	% ARRECADADO
Receita Tributária	601.800,00	237.974,48	39,54
Receita de Contribuições	27.500,00	28.338,54	103,05
Receita Patrimonial	80.300,00	78.476,70	97,73
Receita de Serviços	218.640,00	135.302,13	61,88
Transferências Correntes	10.312.764,00	8.686.234,03	84,23
Outras Receitas Correntes	375.196,00	14.545,92	3,88
RECEITA CORRENTE	11.616.200,00	9.180.871,80	79,04
Alienação de Bens	161.800,00	50.110,00	30,97
Transferências de Capital	520.000,00	276.000,00	53,08
RECEITA DE CAPITAL	681.800,00	326.110,00	47,83
TOTAL DA RECEITA	12.298.000,00	9.506.981,80	77,31

Fonte: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Gráfico 05 – Composição da Receita Orçamentária Arrecadada: 2011

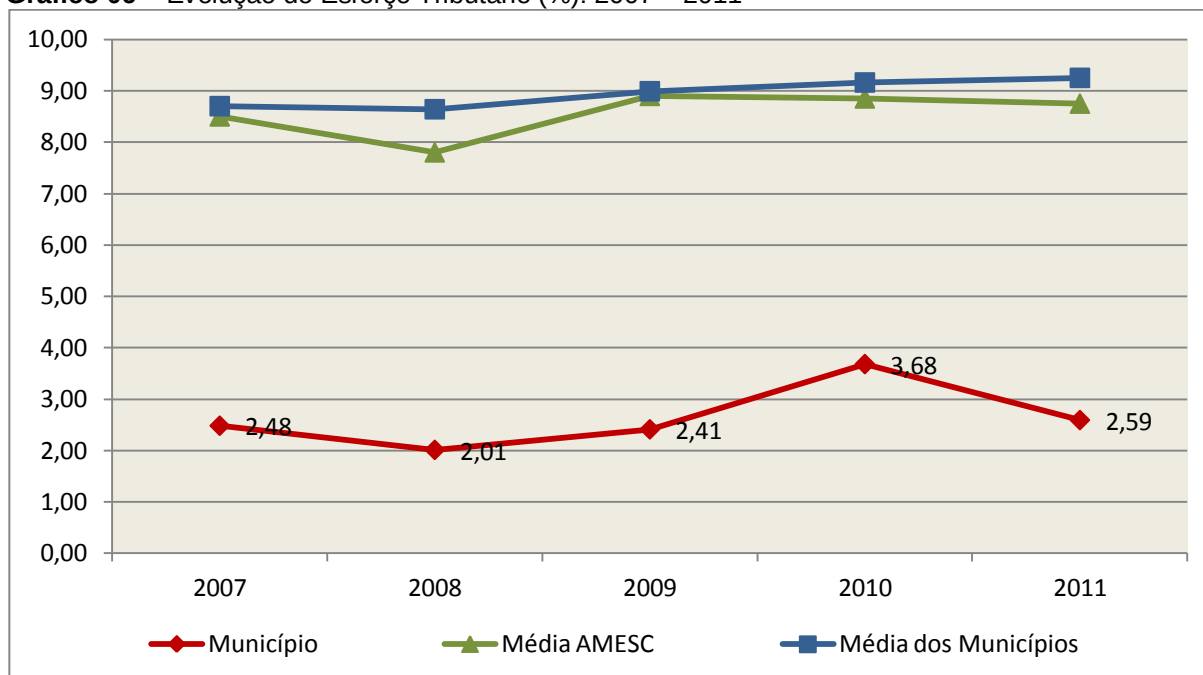


Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O gráfico anterior apresenta a relação de cada receita por origem com o total arrecadado no exercício. Destaca-se que parcela significativa da receita, **91,37%**, está concentrada nas transferências correntes.

Um aspecto importante a ser analisado na gestão da receita orçamentária pode ser traduzido como “esforço tributário”. O gráfico que segue mostra a evolução da receita tributária em relação ao total das receitas correntes do Município.

Gráfico 06 – Evolução do Esforço Tributário (%): 2007 – 2011

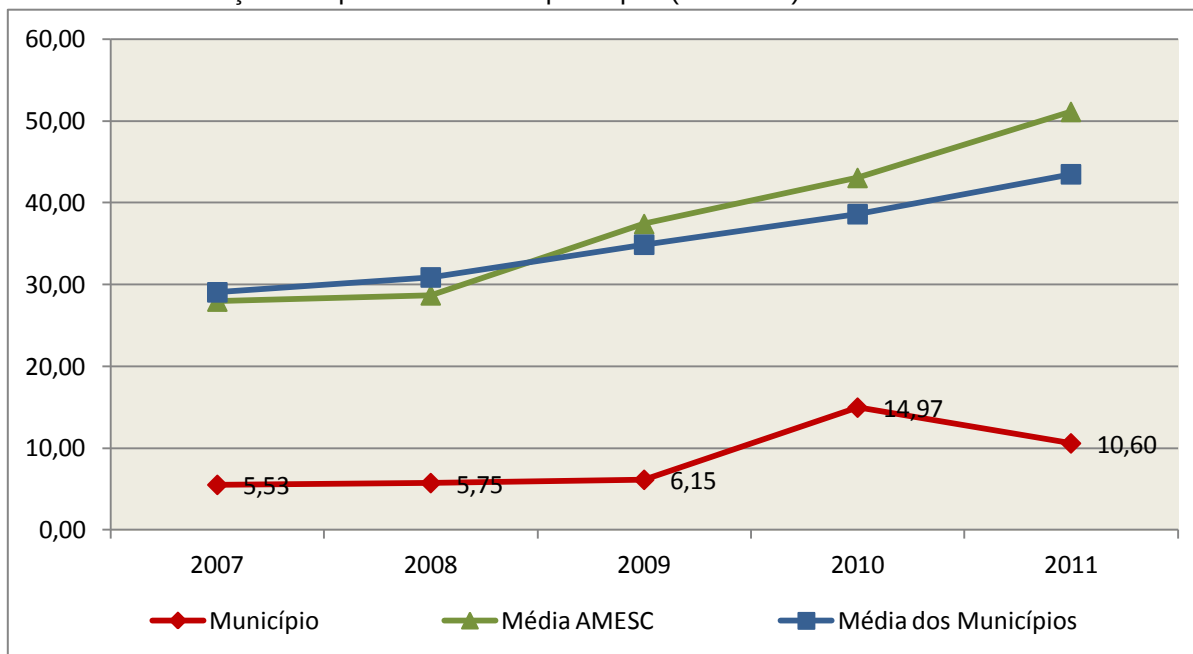


Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Relativamente às receitas arrecadadas, deve-se dar destaque às receitas próprias com impostos no exercício da competência tributária estabelecida constitucionalmente e exigida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nesse sentido, destaca-se no gráfico a seguir a evolução do IPTU arrecadado *per capita* nos últimos 5 (cinco) anos.

Gráfico 07 – Evolução Comparativa do IPTU per capita (em Reais): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados, IBGE e análise técnica.

A Dívida Ativa apresentou o seguinte comportamento no exercício em análise:

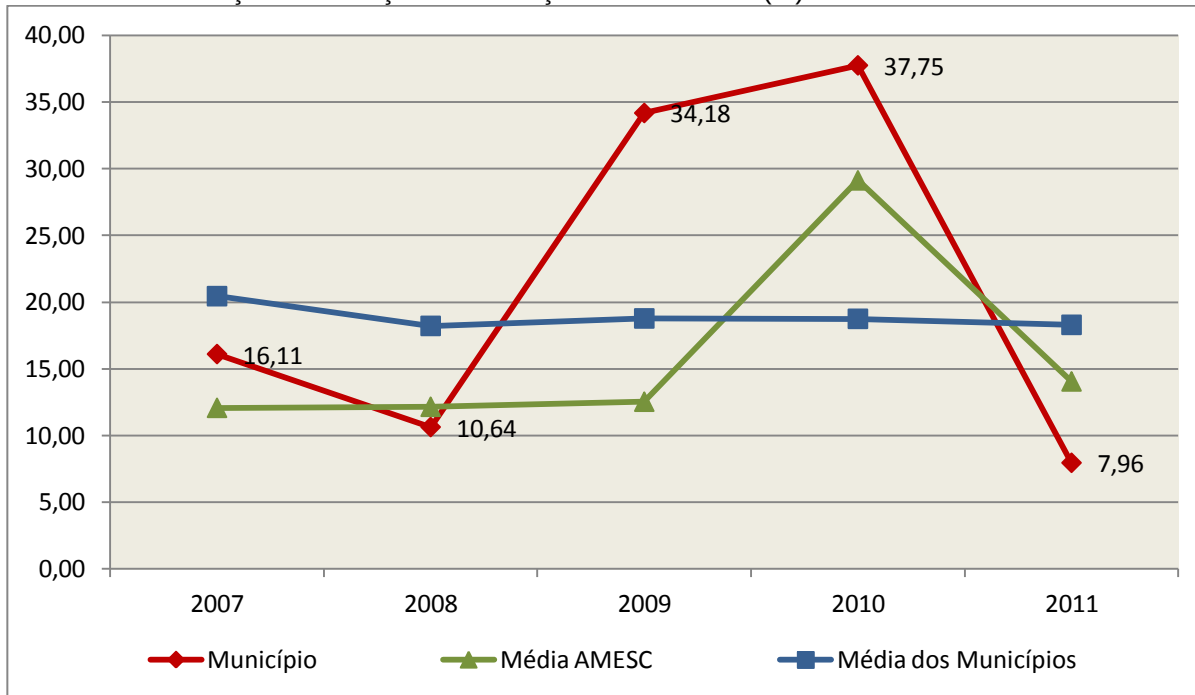
Quadro 05 – Movimentação da Dívida Ativa (em Reais): 2011

Saldo Anterior	Inscrição	Atualização, juros e multa	Provisão (líquida)	Recebimento	Outras Baixas	Saldo Final
71.503,26	45.584,69	0,00	0,00	5.692,91	0,00	111.395,04

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados.

Importante também analisar a eficiência na cobrança da dívida ativa ao longo dos últimos cinco anos. O gráfico seguinte mostra o percentual de dívida ativa recebida em relação ao saldo do exercício anterior:

Gráfico 08 – Evolução do Esforço de Cobrança da Dívida Ativa (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

No tocante as despesas executadas em contraposição às orçadas (incluindo as alterações orçamentárias), segundo a classificação funcional, tem-se a demonstração do próximo quadro:

Quadro 06 – Comparativo entre a Despesa por Função de Governo Autorizada e Executada: 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
01-Legislativa	383.300,00	367.789,97	95,95
04-Administração	1.394.759,07	1.112.619,28	79,77
06-Segurança Pública	58.500,00	48.315,53	82,59
08-Assistência Social	249.904,14	164.181,62	65,70
10-Saúde	2.150.237,25	1.924.593,60	89,51
12-Educação	3.409.410,88	2.557.042,35	75,00
13-Cultura	132.050,00	53.425,37	40,46
15-Urbanismo	775.586,19	538.286,07	69,40
16-Habitação	50.000,00	-	-
17-Saneamento	271.281,21	122.036,84	44,99
18-Gestão Ambiental	107.200,00	68.249,81	63,67
20-Agricultura	823.300,00	734.502,34	89,21

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	AUTORIZAÇÃO ¹ (R\$)	EXECUÇÃO ² (R\$)	% EXECUTADO
22-Indústria	76.550,00	34.968,78	45,68
23-Comércio e Serviços	76.230,00	24.067,87	31,57
26-Transporte	2.699.445,76	1.912.201,44	70,84
27-Desporto e Lazer	179.860,00	107.507,73	59,77
28-Encargos Especiais	33.710,00	-	-
99-Reserva de Contingência	15.000,00	-	-
TOTAL DA DESPESA	12.886.324,50	9.769.788,60	75,82

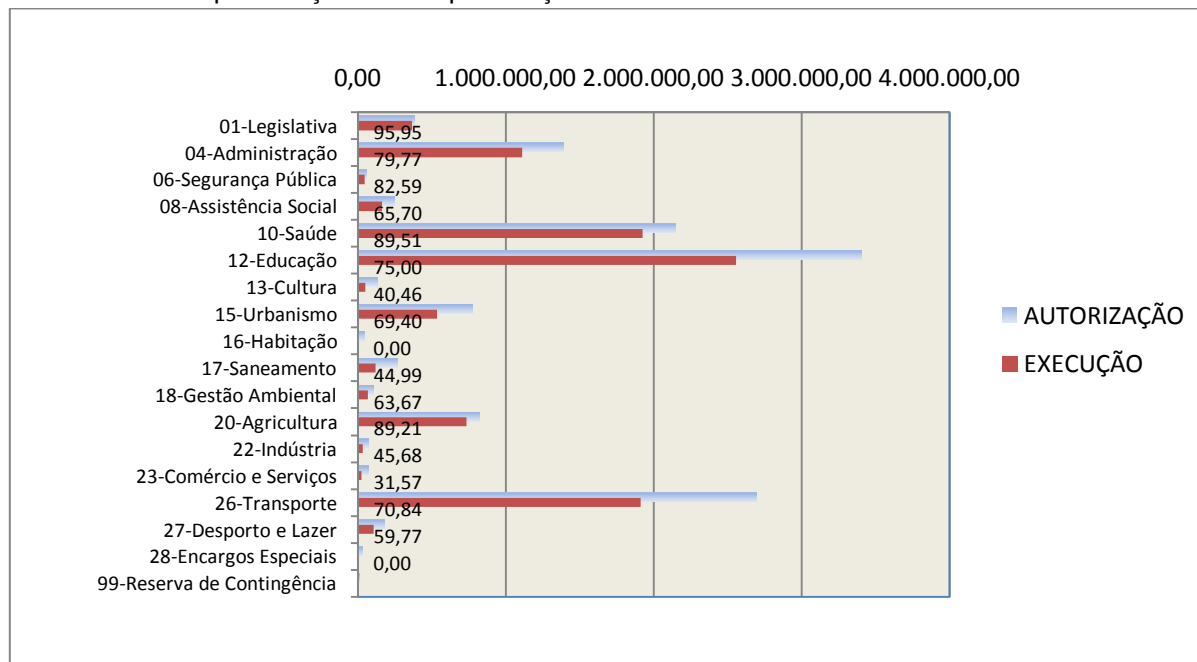
Fontes: ¹Dados do Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento e ²Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

Obs.: Sobre a divergência entre os créditos autorizados constante do Anexo 11 e o informado via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento, vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

A análise entre despesa autorizada e executada configura-se importante quando se tem como objetivo subsidiar o parecer prévio, permitindo identificar quais funções foram priorizadas ou contingenciadas em relação à deliberação legislativa no tocante ao orçamento municipal.

O gráfico seguinte demonstra o cotejamento entre as despesas autorizadas e executadas segundo as funções de governo. Trata-se de uma representação gráfica do Quadro anterior.

Gráfico 09 – Despesa Orçamentária por Função de Governo Autorizada x Executada: 2011



Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

A evolução das despesas executadas por função de governo está demonstrada no quadro a seguir:

Quadro 07 – Evolução das Despesas Executadas por Função de Governo (em Reais): 2007 – 2011

DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO	2007	2008	2009	2010	2011
01-Legislativa	239.669,98	225.842,53	297.926,47	297.965,06	367.789,97
04-Administração	552.209,59	639.772,30	779.516,41	738.737,30	1.112.619,28
06-Segurança Pública	-	24.637,21	19.891,17	53.272,17	48.315,53
08-Assistência Social	125.005,82	108.748,06	98.131,58	101.827,85	164.181,62
10-Saúde	1.090.376,61	1.366.991,66	1.490.044,08	1.521.568,09	1.924.593,60
12-Educação	1.323.686,15	1.529.397,42	1.599.538,35	1.889.427,17	2.557.042,35
13-Cultura	-	-	45.975,80	42.154,40	53.425,37
15-Urbanismo	230.020,75	233.239,89	61.222,57	231.370,28	538.286,07
16-Habitação	-	4.200,00	1.500,00	-	-
17-Saneamento	66.817,47	77.522,49	189.138,83	106.469,48	122.036,84
18-Gestão Ambiental	-	-	-	-	68.249,81
20-Agricultura	124.683,14	182.207,71	191.351,36	565.298,20	734.502,34
22-Indústria	222.772,33	-	-	-	34.968,78
23-Comércio e Serviços	300.750,49	309.142,19	342.238,65	41.195,96	24.067,87
26-Transporte	742.015,73	1.218.190,99	2.140.737,71	3.544.031,55	1.912.201,44
27-Desporto e Lazer	41.408,31	54.879,36	25.386,73	51.977,31	107.507,73
28-Encargos Especiais	606.785,98	631.150,57	540.235,22	144.821,49	-
TOTAL DA DESPESA REALIZADA	5.666.202,35	6.605.922,38	7.822.834,93	9.330.116,31	9.769.788,60

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No quadro a seguir, demonstra-se a apuração das receitas decorrente de impostos, informação utilizada no cálculo dos limites com saúde e educação.

Quadro 08 – Apuração da Receita com Impostos: 2011

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Imposto Predial e Territorial Urbano	30.617,74	0,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	135.807,11	1,53
Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza	35.214,28	0,40
Imposto s/Transmissão Inter vivos de Bens Imóveis e Direitos Reais sobre Bens Imóveis	7.758,70	0,09
Cota do ICMS	3.437.783,65	38,65
Cota-Parte do IPVA	176.482,27	1,98
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	54.238,99	0,61
Cota-Parte do FPM	4.992.324,68	56,13

RECEITAS COM IMPOSTOS (incluídas as transferências de impostos)	Valor (R\$)	%
Cota do ITR	5.060,07	0,06
Transferências Financeiras do ICMS - Desoneração L.C. nº 87/96	19.008,96	0,21
TOTAL DA RECEITA COM IMPOSTOS	8.894.296,45	100,00

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O ingresso de recursos provenientes de impostos tem importância na gestão orçamentária municipal, eis que serve como denominador dos percentuais mínimos de aplicação em saúde e educação.

Da mesma forma, o total da Receita Corrente Líquida (RCL), demonstrado no quadro seguinte, serve como parâmetro para o cálculo dos percentuais máximos das despesas de pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quadro 09 – Apuração da Receita Corrente Líquida: 2011

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	Valor (R\$)
Receitas Correntes Arrecadadas	10.862.994,79
(-) Dedução das receitas para formação do FUNDEB	1.682.122,99
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.180.871,80

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

4. ANÁLISE DA GESTÃO PATRIMONIAL E FINANCEIRA

A análise compreendida neste capítulo consiste em demonstrar a situação patrimonial existente ao final do exercício, em contraposição à situação existente no final do exercício anterior; discriminando especificamente a variação da situação financeira do Município e sua capacidade de pagamento de curto prazo.

4.1. Situação Patrimonial

A situação patrimonial do Município está assim demonstrada:

Quadro 10 – Balanço Patrimonial do Município de Morro Grande (em Reais): 2010 – 2011

ATIVO	2010	2011	PASSIVO	2010	2011
Financeiro	949.329,81	512.493,42	Financeiro	239.444,64	65.415,05
Disponível	709.885,17	452.493,42	Depósitos	179.444,64	5.415,05
Bancos Conta Movimento	365.796,24	145.630,66	Consignações	-	5.415,05
Bancos Conta Vinculada	328.334,15	306.762,76	Depósitos de Diversas Origens	179.444,64	-
Aplicações Financeiras de Recursos Próprios	15.754,78	100,00	Restos a Pagar	60.000,00	60.000,00
Realizável	239.444,64	60.000,00	Obrigações a Pagar	60.000,00	60.000,00
Créditos a Receber	60.000,00	60.000,00			
Valores Pendentes a Curto Prazo	179.444,64	-			
Permanente	4.235.876,95	5.188.354,29			
Dívida Ativa	71.503,26	111.395,04			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Curto Prazo	13.000,00	17.000,00			
Créditos Inscritos em Dívida Ativa a Longo Prazo	58.503,26	94.395,04			
Investimentos	11.431,52	11.431,52			
Imobilizado	4.152.942,17	5.065.527,73			
Bens Móveis e Imóveis	4.152.942,17	5.065.527,73			
Bens Imóveis	1.468.224,11	1.479.475,09			
Bens Móveis	2.684.718,06	3.586.052,64			
ATIVO REAL	5.185.206,76	5.700.847,71	PASSIVO REAL	239.444,64	65.415,05
SALDO PATRIMONIAL	0,00	0,00	SALDO PATRIMONIAL	4.945.762,12	5.635.432,66
			Ativo Real Líquido	4.945.762,12	5.635.432,66
TOTAL	5.185.206,76	5.700.847,71	TOTAL	5.185.206,76	5.700.847,71

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral Consolidado.

4.2. Análise do resultado financeiro

Dentre os componentes patrimoniais é relevante no processo de análise das contas municipais, para fins de emissão do parecer prévio, a verificação da evolução do patrimônio financeiro e, sobretudo, a apuração da situação financeira no final do exercício, eis que a existência de passivos financeiros superiores a ativos financeiros revela restrições na capacidade de pagamento do Município frente às suas obrigações financeiras de curto prazo.

O confronto entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro do exercício encerrado resulta em Superávit Financeiro de **R\$ 387.078,37** e a sua correlação demonstra que para cada R\$ 1,00 (um real) de recursos financeiros existentes, o Município possui **R\$ 0,14** de dívida de curto prazo.

Em relação ao exercício anterior, ocorreu variação negativa de **R\$ - 322.806,80** passando de um Superávit de **R\$ 709.885,17** para um Superávit de **R\$ 387.078,37**.

Registre-se que a Prefeitura apresentou um Superávit de **R\$ 268.439,17**.

Dessa forma, a variação do patrimônio financeiro do Município durante o exercício é demonstrada no quadro seguinte:

Quadro 11 – Variação do patrimônio financeiro do Município (em Reais) – 2010 - 2011

Grupo Patrimonial	Saldo inicial	Saldo final	Variação
Ativo Financeiro	949.329,81	452.493,42	-496.836,39
Passivo Financeiro	239.444,64	65.415,05	-174.029,59
Saldo Patrimonial Financeiro Ajustado	709.885,17	387.078,37	-322.806,80

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O saldo patrimonial financeiro foi ajustado pelas seguintes situações:

Quadro 11 – A – Ajustes do Patrimônio Financeiro (em Reais)

Descrição	Valor
Receitas Antecipadas da Prefeitura – Ajuste exercício atual	60.000,00
Total excluído no Saldo Final do Ativo Financeiro	60.000,00

Obs.: A divergência entre a variação do Saldo Patrimonial Financeiro e o Resultado da Execução Orçamentária consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

4.3. Análise da evolução patrimonial e financeira

A presente análise está baseada na demonstração de quocientes e/ou índices, os quais podem ser definidos como números comparáveis obtidos a partir da divisão de valores absolutos, destinados a medir componentes patrimoniais, financeiros e orçamentários existentes nas demonstrações contábeis.

Os quocientes escolhidos para viabilizar a análise da evolução patrimonial e financeira do Município, nos últimos cinco anos, estão dispostos no quadro a seguir, com a devida memória de cálculo:

Quadro 12 – Quocientes de Situação Patrimonial e Financeira – 2007 – 2011

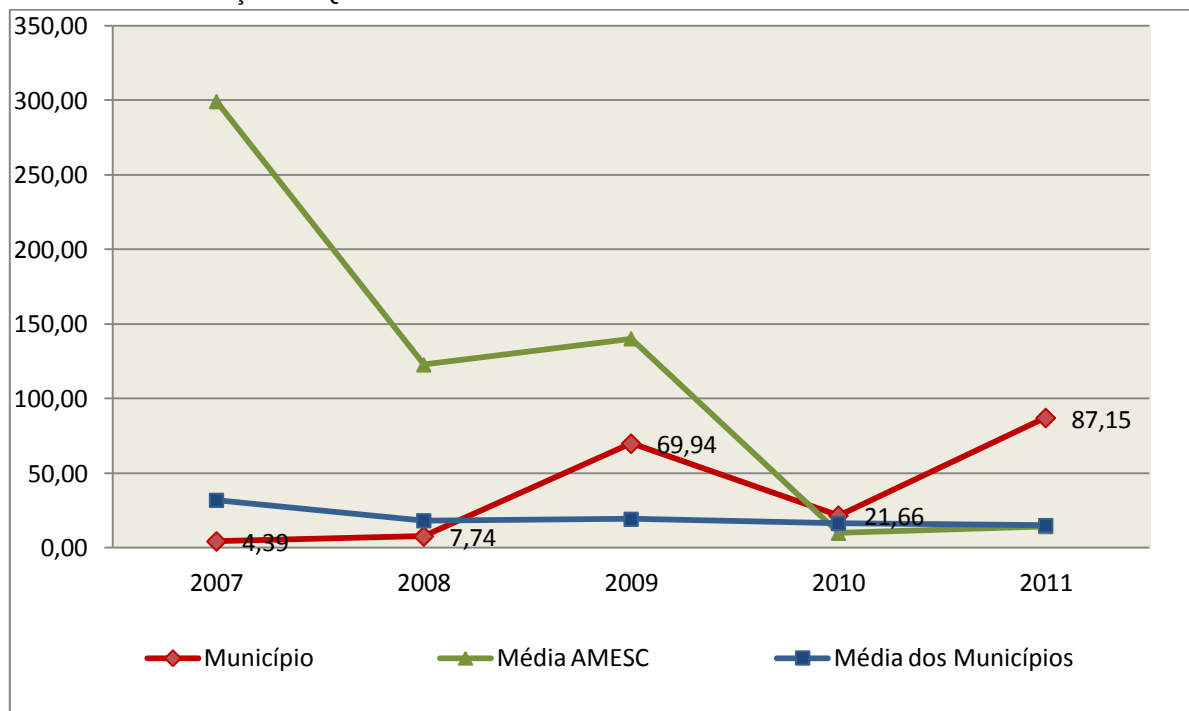
ITENS / ANO	2007	2008	2009	2010	2011
1 Despesa Executada	5.666.202,35	6.605.922,38	7.822.834,93	9.330.116,31	9.769.788,60
2 Restos a Pagar	262.675,59	87.037,25	60.000,00	60.000,00	60.000,00
3 Ativo Financeiro Ajustado	241.335,75	751.448,13	441.780,48	949.329,81	452.493,42
4 Passivo Financeiro Ajustado	262.675,59	270.031,39	60.000,00	239.444,64	65.415,05
5 Ativo Real	6.165.718,75	6.807.275,85	4.196.601,58	5.185.206,76	5.700.847,71
6 Passivo Real	1.403.551,65	879.124,37	60.000,00	239.444,64	65.415,05
QUOCIENTES	2007	2008	2009	2010	2011
Resultado Patrimonial (5÷6)	4,39	7,74	69,94	21,66	87,15
Situação Financeira (3÷4)	0,92	2,78	7,36	3,96	6,92
Restos a Pagar (2÷1)*100	4,64	1,32	0,77	0,64	0,61

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

O Quociente do Resultado Patrimonial é resultante da relação entre o Ativo Real e o Passivo Real.

Não há um parâmetro mínimo definido, mas se o resultado deste quociente apresentar-se inferior a 1,00 será indicativo da existência de dívidas (curto e longo prazo) sem ativos suficientes para cobri-las.

Gráfico 10 – Evolução do Quociente de Resultado Patrimonial: 2007 – 2011



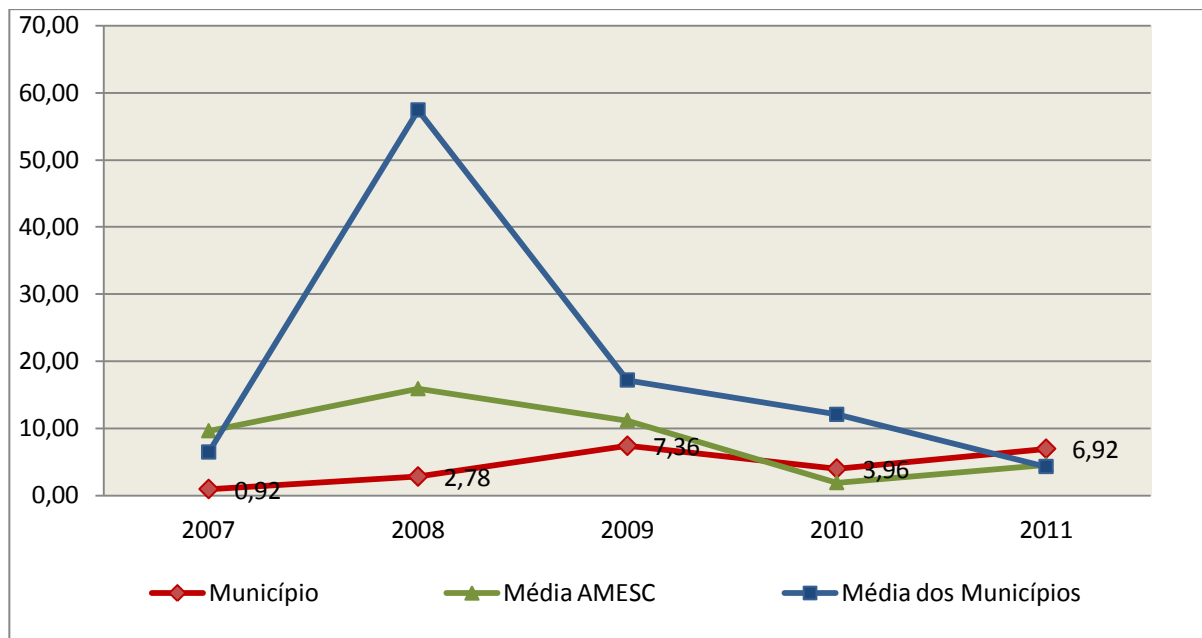
Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Como demonstra o gráfico anterior, no final do exercício de 2011 o Ativo Real apresenta-se **87,15** vezes maior que o Passivo Real (dívidas).

O Quociente da Situação Financeira é resultante da relação entre o Ativo Financeiro e o Passivo Financeiro, demonstrando a capacidade de pagamento de curto prazo do Município.

O ideal é que esse quociente apresente valor maior que 1,00, pois assim indicará que as obrigações financeiras de curto prazo podem ser cobertas pelos ativos financeiros do Município.

Gráfico 11 – Evolução do Quociente da Situação Financeira: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

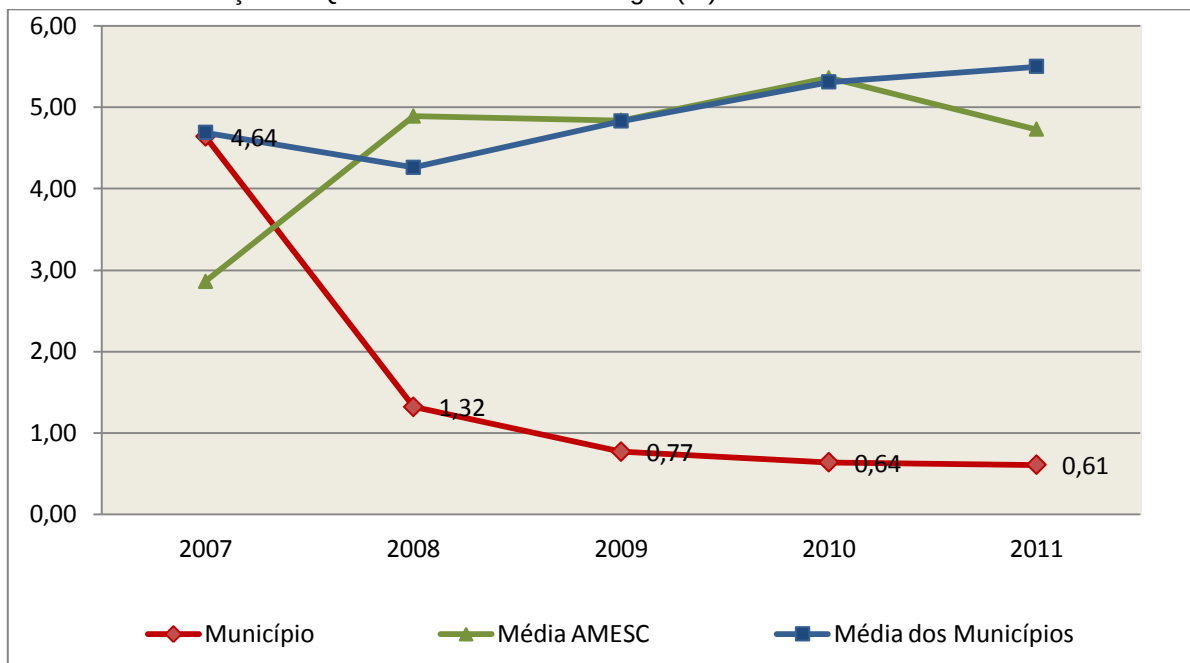
Como demonstra o gráfico, a situação financeira do Município apresenta-se Superavitária, sendo que no final do exercício de 2011 o Ativo Financeiro representa **6,92** vezes o valor do Passivo Financeiro.

O Quociente de Restos a Pagar (processados e não processados) expressa em termos percentuais à relação entre o saldo final dos restos a pagar e o total da Despesa Orçamentária.

Quanto menor esse quociente, menos comprometida será a gestão orçamentária e o fluxo financeiro do Município. Aumentos significativos deste quociente podem indicar que o Município não está conseguindo pagar no exercício as despesas que nele empenhou.

A situação apresentada pelo Município de Morro Grande é demonstrada no gráfico a seguir:

Gráfico 12 – Evolução do Quociente de Restos a Pagar (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Verifica-se no gráfico anterior que o saldo final de Restos a Pagar corresponde a **0,61%** da despesa orçamentária do exercício.

5. ANÁLISE DO CUMPRIMENTO DE LIMITES

O ordenamento vigente estabelece limites mínimos para aplicação de recursos na Educação e Saúde, bem como os limites máximos para despesas com pessoal.

5.1. Saúde

Limite: mínimo de 15% das receitas com impostos, inclusive transferências, de aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2011 – artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

Constatou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 1.622.550,31** em gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, o que corresponde a **18,24%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 288.405,84**, representando **3,24%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o

disposto no artigo 77, III, e § 4º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT.

A apuração das despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 13 – Apuração das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde: 2011

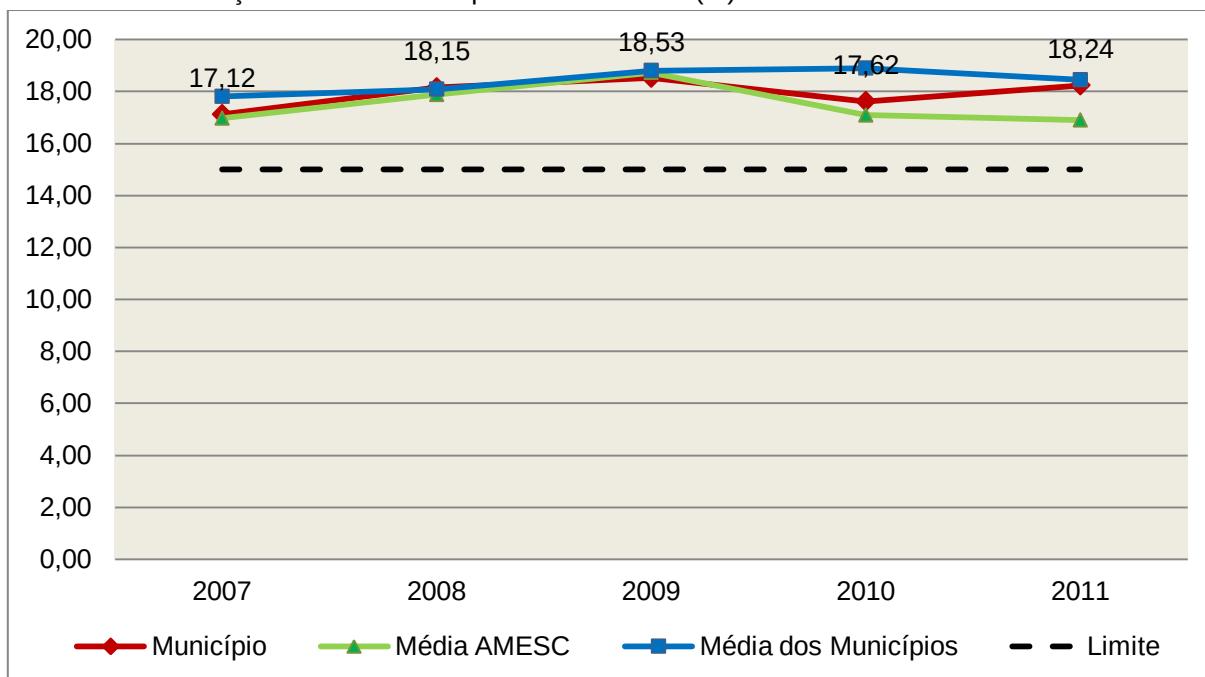
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.894.296,45	100,00
Total das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde (fonte: Anexo 08, fl.77 dos autos)	1.924.593,60	21,64
Atenção Básica (10.301)	1.778.394,88	19,99
Suporte Profilático e Terapêutico (10.303)	125.881,83	1,42
Vigilância Sanitária (10.304)	20.316,89	0,23
(-) Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde*	302.043,29	3,40
Total das Despesas para Efeito do Cálculo	1.622.550,31	18,24
Valor Mínimo a ser Aplicado	1.334.144,47	15,00
Valor Acima do Limite	288.405,84	3,24

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Gráfico 13 – Evolução Histórica e Comparativa da Saúde (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Morro Grande em 2011 aumentou seus gastos com Ações e Serviços Públicos de Saúde, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2. Ensino

5.2.1. Limite de 25% das receitas de impostos e transferências

Limite: mínimo de 25% proveniente de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (exercício de 2011) – art. 212 da Constituição Federal.

Apurou-se que o Município aplicou o montante de **R\$ 2.843.980,81** em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, o que corresponde a **31,98%** da receita proveniente de impostos, sendo aplicado A MAIOR o valor de **R\$ 620.406,70**, representando **6,98%** do mesmo parâmetro, **CUMPRINDO** o disposto no artigo 212 da Constituição Federal.

A apuração das despesas com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 14 – Apuração das Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino: 2011

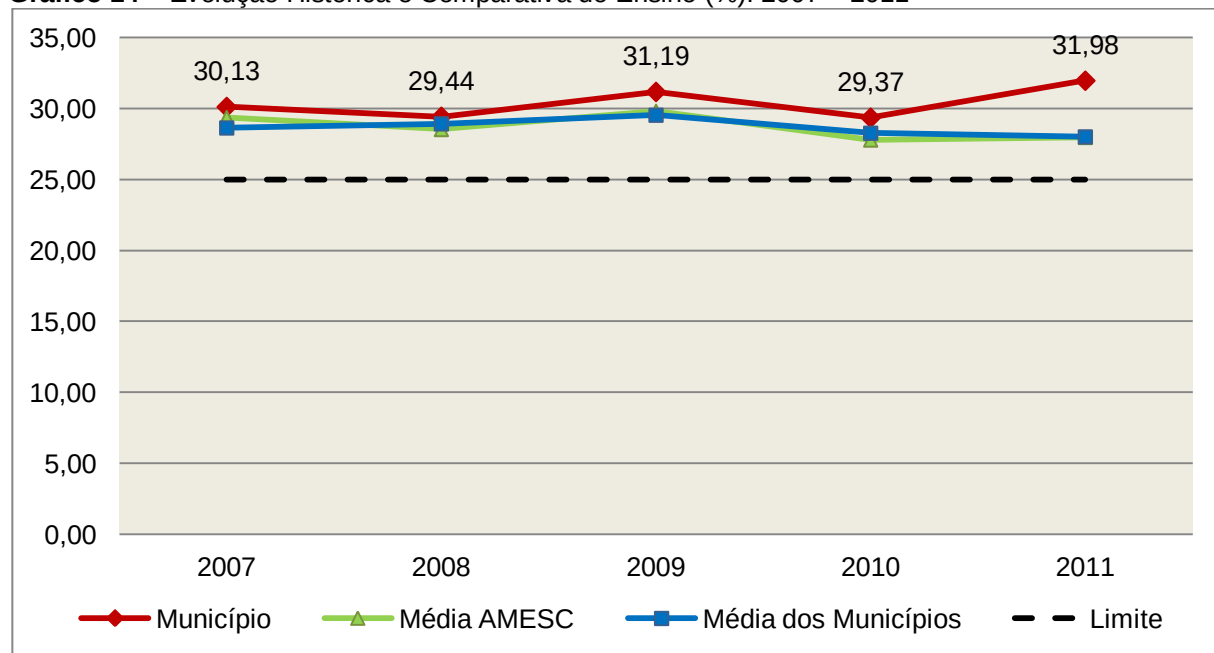
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
Total da Receita com Impostos	8.894.296,45	100,00
Valor Aplicado Educação Infantil	234.595,65	2,64
Educação Infantil (12.365) (fonte: Anexo 08, fl.77 dos autos)	234.595,65	2,64
Valor Aplicado Ensino Fundamental	2.285.946,70	25,70
Ensino Fundamental (12.361/12.366) (fonte: Anexo 08, fl.77 dos autos)	2.285.946,70	25,70
(-) Total das Deduções com Educação Básica*	469.306,94	5,28
(+) Perda com FUNDEB	800.512,31	9,00
(-) Rendimentos de Aplicações Financeiras (fonte: Anexo 02, fl.05 dos autos)	7.766,91	0,09
Total das Despesas para efeito de Cálculo	2.843.980,81	31,98
Valor Mínimo a ser Aplicado	2.223.574,11	25,00
Valor Acima do Limite (25%)	620.406,70	6,98

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

*Deduções, incluindo-se os convênios, dispostas no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino:

Gráfico 14 – Evolução Histórica e Comparativa do Ensino (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior demonstra que o Município de Morro Grande em 2011 aumentou seus gastos com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, em termos percentuais, quando comparado ao exercício anterior.

5.2.2. FUNDEB

Limite 1: mínimo de 60% dos recursos oriundos do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício – art. 60, XII, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT c/c art. 22 da Lei nº 11.494/07.

Verificou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 880.313,22**, equivalendo a **98,98%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em gastos com a remuneração dos profissionais do magistério em efetivo exercício, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 60, inciso XII do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e artigo 22 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com profissionais do magistério em efetivo exercício pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 15 – Apuração das Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício – FUNDEB: 2011

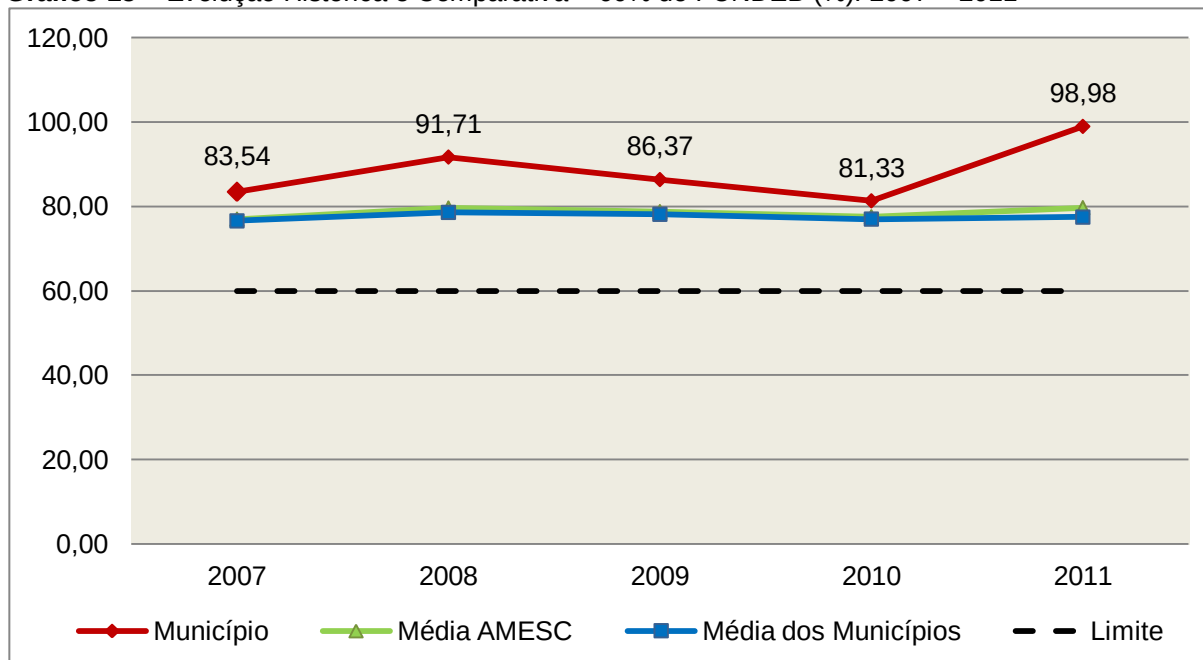
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Transferências do FUNDEB	881.610,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB	7.766,91
Total dos recursos oriundos do FUNDEB	889.377,59
60% dos Recursos Oriundos do FUNDEB	533.626,55
Despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício aplicadas com Recursos do FUNDEB	880.313,22
Valor Acima do Limite	346.686,67

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e da análise técnica.

Obs.: A ausência de remessa do parecer do Conselho do FUNDEB consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em despesas com Profissionais do Magistério em Efetivo Exercício:

Gráfico 15 – Evolução Histórica e Comparativa – 60% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Limite 2: mínimo de 95% dos recursos oriundos do FUNDEB (no exercício financeiro em que forem creditados), em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – art. 21 da Lei nº 11.494/07.

Constatou-se que o Município aplicou o valor de **R\$ 880.313,22**, equivalendo a **98,98%** dos recursos oriundos do FUNDEB, em despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, **CUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21 da Lei nº 11.494/2007.

A apuração das despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB pode ser demonstrada da seguinte forma:

Quadro 16 – Apuração das Despesas com FUNDEB: 2011

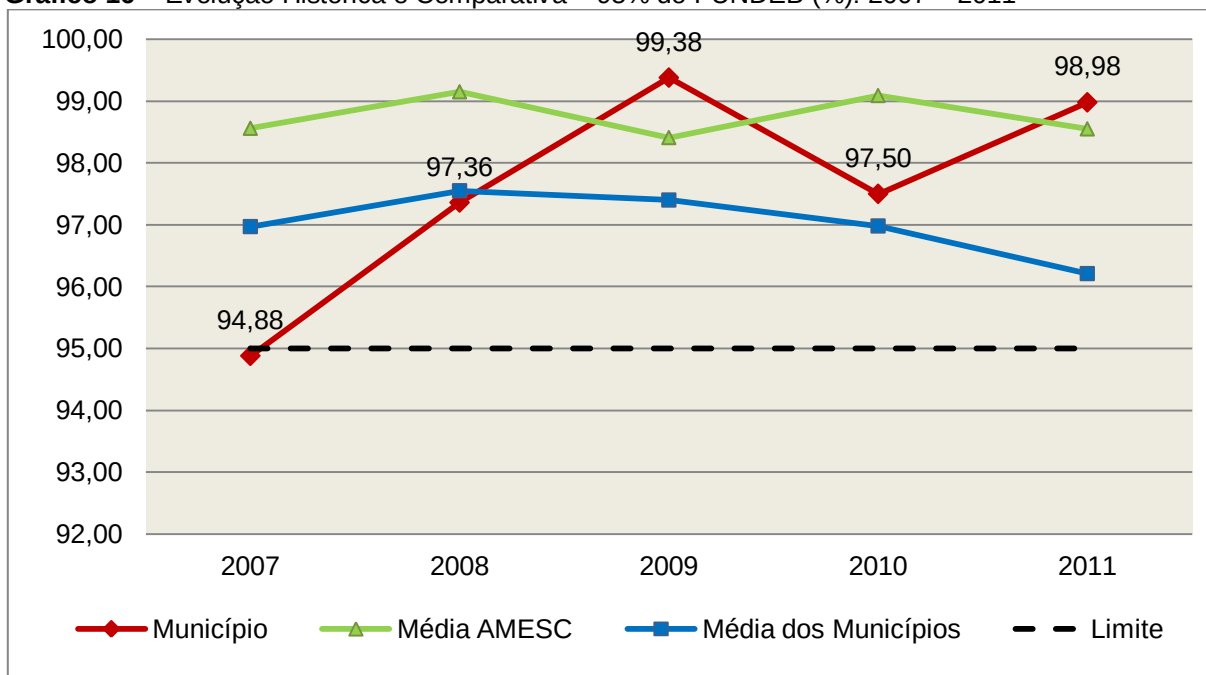
COMPONENTE	VALOR (R\$)
Total dos Recursos Oriundos do FUNDEB	889.377,59
95% dos Recursos do FUNDEB	844.908,71
Despesas com manutenção e desenvolvimento da educação básica aplicadas no exercício com recursos do FUNDEB *	880.313,22
Valor Acima do Limite	35.404,51

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado e análise técnica.

Obs.: * Apuração efetuada com base na execução financeira, vide Quadro no Anexo deste Relatório.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa da aplicação em Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica com recursos oriundos do FUNDEB:

Gráfico 16 – Evolução Histórica e Comparativa – 95% do FUNDEB (%): 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Com relação às despesas com Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica custeadas com recursos do FUNDEB, no exercício em análise, o Município de Morro Grande ampliou sua aplicação, quando comparado ao exercício anterior.

Limite 3: utilização dos recursos do FUNDEB, no exercício seguinte ao do recebimento e mediante abertura de crédito adicional - artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007.

O Município não realizou despesas com o saldo do exercício anterior do FUNDEB no valor de **R\$ 19.155,79, DESCUMPRINDO** o estabelecido no artigo 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007 (Obs.: Vide restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal).

Superávit financeiro do FUNDEB em 31/12/2011: No tocante ao controle da utilização dos recursos do FUNDEB para o exercício seguinte apresenta-se o Quadro abaixo:

Quadro 16A – Controle da utilização de recursos para o exercício subsequente (art. 21, § 2º da Lei nº 11.494/2007)

COMPONENTE	VALOR (R\$)
Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011	9.064,37
(-) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e em exercícios anteriores pendentes de pagamento e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Recursos do FUNDEB que não foram utilizados	9.064,37

Fonte: Dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.

5.3. Limites de gastos com pessoal (LRF)

5.3.1. Limite máximo para os gastos com pessoal do Município

Limite: 60% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Município – art. 169 da Constituição Federal c/c o art. 19, III da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 17 – Apuração das Despesas com Pessoal do Município: 2011

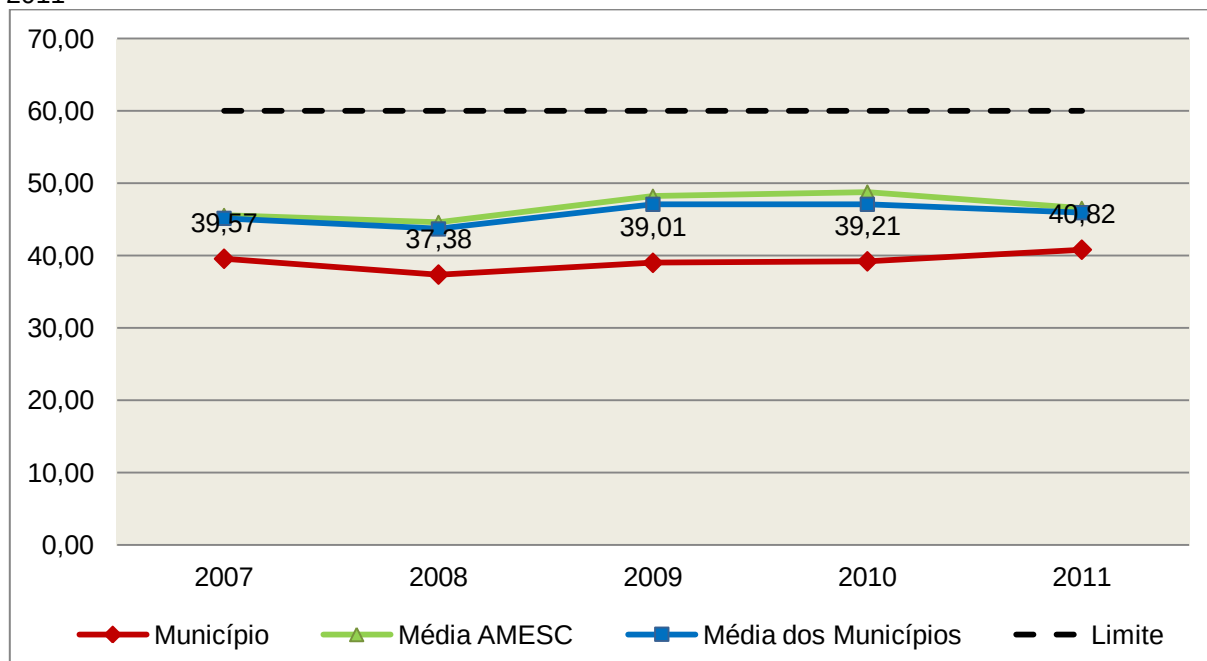
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.180.871,80	100,00
LIMITE DE 60% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	5.508.523,08	60,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.466.005,87	37,75
Pessoal e Encargos	3.466.005,87	37,75
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	281.197,74	3,06
Pessoal e Encargos	281.197,74	3,06
TOTAL DA DESPESA PARA EFEITO DE CÁLCULO DA DESPESA COM PESSOAL DO MUNICÍPIO	3.747.203,61	40,82
Valor Abaixo do Limite (60%)	1.761.319,47	19,18

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

No exercício em exame, o Município gastou **40,82%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** o limite contido no artigo 169 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Município:

Gráfico 17 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Município: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O gráfico anterior mostra o crescimento dos gastos com pessoal do Município de Morro Grande, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.2. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Executivo

Limite: 54% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Executivo (Prefeitura, Fundos, Fundações, Autarquias e Empresas Estatais Dependentes) – Artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

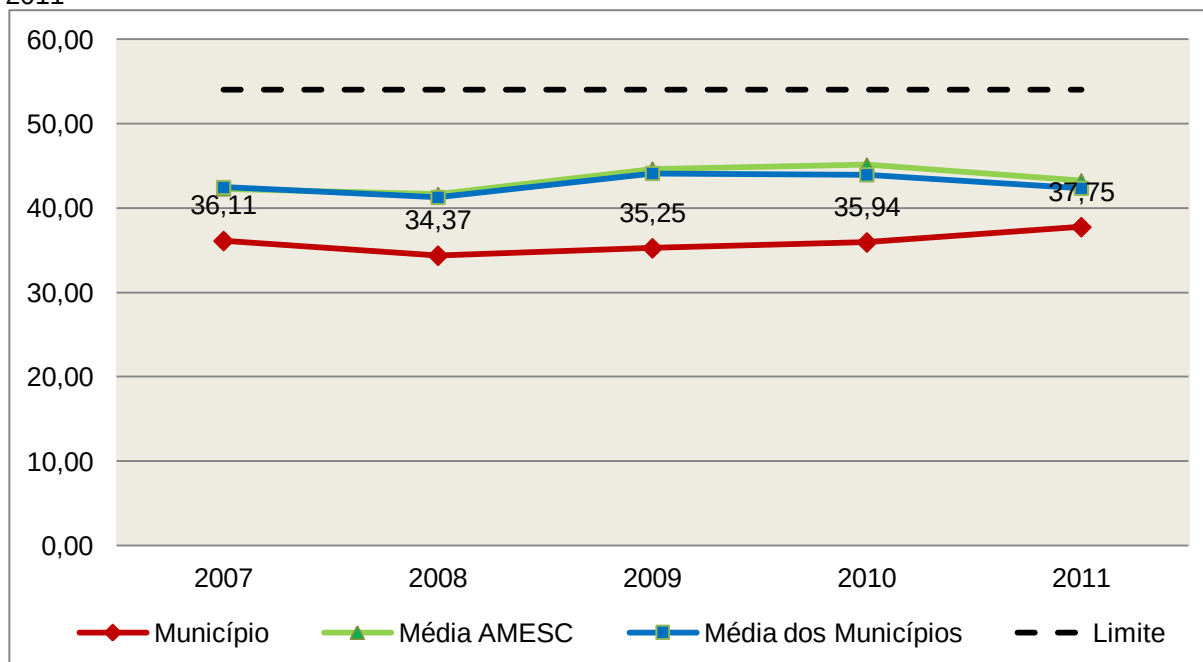
Quadro 18 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Executivo: 2011

COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.180.871,80	100,00
LIMITE DE 54% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	4.957.670,77	54,00
Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.466.005,87	37,75
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Executivo	3.466.005,87	37,75
Valor Abaixo do Limite (54%)	1.491.664,90	16,25

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O demonstrativo acima comprova que, no exercício em exame, o Poder Executivo gastou **37,75%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'b' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Executivo:

Gráfico 18 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Executivo: 2007 – 2011

Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

Da análise do gráfico, verifica-se que os gastos com pessoal do Poder Executivo aumentaram, quando comparado ao exercício anterior.

5.3.3. Limite máximo para os gastos com pessoal do Poder Legislativo

Limite: 6% da Receita Corrente Líquida para os gastos com pessoal do Poder Legislativo (Câmara Municipal) – Artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

Quadro 19 – Apuração das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo: 2011

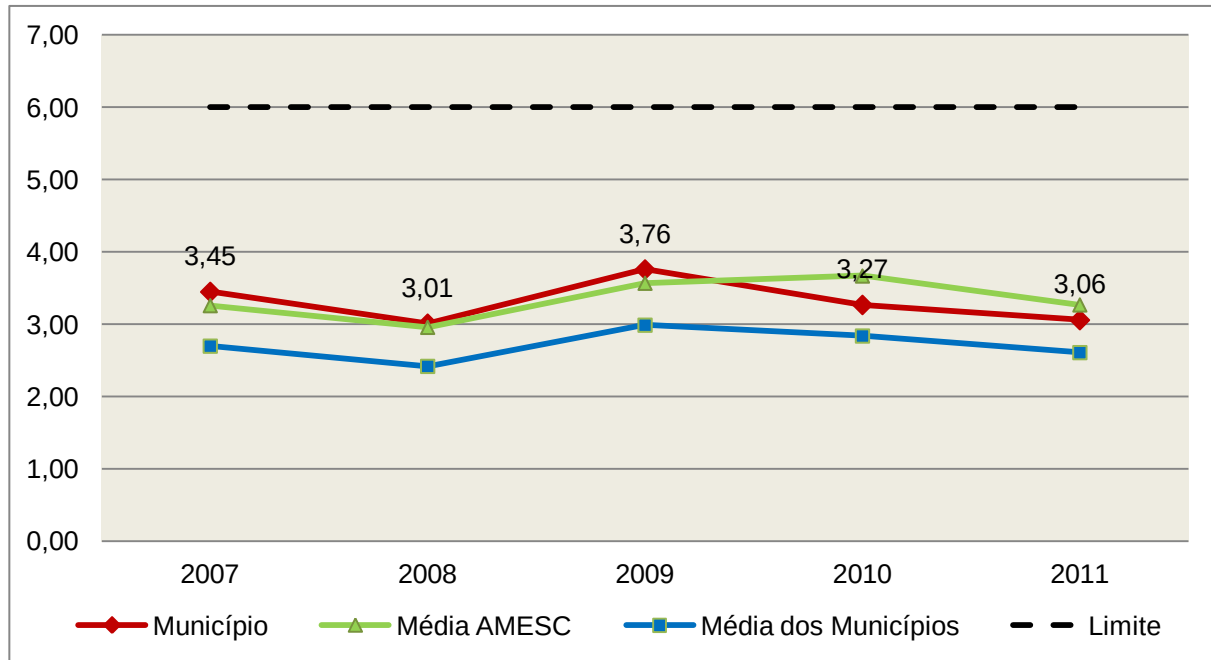
COMPONENTE	VALOR (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	9.180.871,80	100,00
LIMITE DE 6% DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	550.852,31	6,00
Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	281.197,74	3,06
Total das Despesas para efeito de Cálculo das Despesas com Pessoal do Poder Legislativo	281.197,74	3,06
Valor Abaixo do Limite (6%)	269.654,57	2,94

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado.

O Poder Legislativo gastou, no exercício em exame, **3,06%** do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal, **CUMPRINDO** a norma contida no artigo 20, III, 'a' da Lei Complementar nº 101/2000.

O gráfico seguinte apresenta a evolução histórica e comparativa das despesas com pessoal do Poder Legislativo:

Gráfico 19 – Evolução Histórica e Comparativa da Despesa com Pessoal do Legislativo: 2007 – 2011



Fonte: Demonstrativos dos Balanços Gerais consolidados e análise técnica.

O estudo evolutivo dos gastos com pessoal da Câmara expõe que houve uma redução do percentual quando comparado ao exercício anterior.

6. DO CONTROLE INTERNO

O Controle Interno na Administração Pública é aquele que se realiza internamente, ou seja, através dos órgãos componentes da própria estrutura administrativa que pratica e fiscaliza os atos sujeitos ao seu controle, conforme preconizado nos artigos 31 e 70 da Constituição Federal.

Nesse sentido, apresenta-se o quadro que segue, indicando o responsável pelo órgão de Controle Interno do Município de Morro Grande, sua Lei instituidora e o envio dos relatórios de sua competência:

Quadro 20 – Informações sobre o Sistema de Controle Interno

LEI INSTITUIDORA	02/2003, de 11/12/2003					
RESPONSÁVEL	Germano Milanez	ATO DE NOMEAÇÃO		031/2004, de 15/04/2004		
RELATÓRIOS BIMESTRAIS (art. 5º, § 3º, Res. nº TC 16/94)	Datas Limites para Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	31/03/2011	31/05/2011	01/08/2011	30/09/2011	30/11/2011	31/01/2012
	Datas de Entrega					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	24/03/2011	25/05/2011	26/07/2011	19/09/2011	17/11/2011	02/02/2012
	Diferença em Dias					
	1º BIM.	2º BIM.	3º BIM.	4º BIM.	5º BIM.	6º BIM.
	0	0	0	0	0	2

Obs.: O atraso no envio dos Relatórios do Controle Interno consta como restrição anotada no item Restrições de Ordem Legal do capítulo Restrições Apuradas, deste Relatório.

Os Relatórios elaborados pelo Controle Interno apresentam informações sobre o desempenho orçamentário e financeiro do ente, o cumprimento dos limites legais e constitucionais como saúde, educação e pessoal.

7. DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FIA

A Constituição Federal trata do dever da família, da sociedade e do Estado, em caráter prioritário, em assegurar à criança e ao adolescente uma série de direitos, conforme pode ser constatado em seu artigo 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Nessa linha foi promulgada a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e trata sobre a proteção integral desses.

A referida Lei prevê em seu artigo 88, incisos II e IV, a criação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e a manutenção de fundo especial, respectivamente. Esse fundo, no caso dos Municípios, deve

ser criado por lei municipal, obedecendo ao disposto no artigo 167, IX da Constituição Federal e artigo 74 da Lei nº 4.320/64.

A receita do referido Fundo deve ser vinculada aos seus objetivos e sua finalidade, sendo que a forma de aplicação dos recursos é determinada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Isto é operacionalizado através da aprovação de seu Plano de Aplicação feita anualmente, em consonância com o Plano de Ação elaborado anteriormente também pelo referido Conselho, de acordo com o artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005, conforme segue:

Lei nº 8.069/90

Art. 260. [...]

§ 2º Os Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente fixarão critérios de utilização, através de planos de aplicação das doações subsidiadas e demais receitas, aplicando necessariamente percentual para incentivo ao acolhimento, sob a forma de guarda, de criança ou adolescente, órfãos ou abandonado, na forma do disposto no **art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal**.

Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005:

Art.1º - Ficam estabelecidos os Parâmetros para a Criação e Funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente em todo o território nacional, nos termos do art.88, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente, e artigos. 227, §7º da Constituição Federal, como órgãos deliberativos da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente, controladores das ações em todos os níveis no sentido da implementação desta mesma política e responsáveis por fixar critérios de utilização através de planos de aplicação do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, incumbindo-lhes ainda zelar pelo efetivo respeito ao princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, nos moldes do previsto no art.4º, caput e parágrafo único, alíneas “b”, “c” e “d” combinado com os artigos 87, 88 e 259, parágrafo único, todos da Lei nº 8.069/90 e art. 227, caput, da Constituição Federal. (grifo nosso)

No caso do Município de Morro Grande, constatou-se que o mesmo não possui, nem mesmo como uma Unidade Orçamentária dentro de um Órgão, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, não atendendo o previsto no art. 88, inciso IV, da Lei nº 8.069/90:

Art. 88. São diretrizes da política de atendimento:

IV - manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; (grifo nosso)

Além disso, conforme documentação remetida em resposta ao Ofício Circular nº TC/DMU 4.718/2012 (fls. 379 a 428 dos autos), verifica-se que:

1) A nominata e os atos de posse dos Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente estão acostados aos autos, às fls. 381 a 384;

2) Houve a elaboração do Plano de Ação referente às políticas públicas voltadas à Criança e ao Adolescente, porém, tais programas foram inseridos no Fundo Municipal de Assistência Social, **contrariando** o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

3) Houve a elaboração do Plano de Aplicação referente às políticas públicas voltadas à criança e ao adolescente, porém, tais programas foram inseridos no Fundo Municipal de Assistência Social, **contrariando** o disposto no artigo 260, § 2º da Lei nº 8.069/90 c/c o artigo 1º da Resolução do CONANDA nº 105, de 15 de junho de 2005;

4) A remuneração dos Conselheiros Tutelares foi paga com recursos da Fundo Municipal da Infância e Adolescência, conforme fl. 428 dos autos.

8. DO CUMPRIMENTO DA LEI COMPLEMENTAR Nº 131/2009 E DO DECRETO FEDERAL Nº 7.185/2010

A transparência da gestão fiscal, entendida como a produção e divulgação sistemática de informações, é um dos pilares em que se assenta a Lei Complementar nº 101/2000.

Para assegurar essa transparência a Lei Complementar nº 131/2009 acrescentou dispositivos a referida Lei a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, referentes à receita e à despesa, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como definiu prazos para a implantação.

O artigo 48, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, assim determina:

Art. 48. [...]

Parágrafo único. A transparência será assegurada também mediante:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público;

III – adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União e ao disposto no art. 48-A.

Os conteúdos das informações sobre a execução orçamentária e financeira, liberados em meios eletrônicos de acesso público, são definidos no artigo 48-A, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000 incluído pela Lei Complementar nº 131/2009, a saber:

Art. 48-A. Para os fins a que se refere o inciso II do parágrafo único do art. 48, os entes da Federação disponibilizarão a qualquer pessoa física ou jurídica o acesso a informações referentes a:

I – quanto à despesa: todos os atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, com a disponibilização mínima dos dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

II – quanto à receita: o lançamento e o recebimento de toda a receita das unidades gestoras, inclusive referente a recursos extraordinários.

Quanto aos prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos referidos artigos a Lei Complementar nº 131/2009 estabeleceu:

Art. 73-B. Ficam estabelecidos os seguintes prazos para o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do art. 48 e do art. 48-A:

I – 1 (um) ano para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios com mais de 100.000 (cem mil) habitantes;

II – 2 (dois) anos para os Municípios que tenham entre 50.000 (cinquenta mil) e 100.000 (cem mil) habitantes;

III – 4 (quatro) anos para os Municípios que tenham até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.

Parágrafo único. Os prazos estabelecidos neste artigo serão contados a partir da data de publicação da lei complementar que introduziu os dispositivos referidos no caput deste artigo.”

O sistema integrado de administração financeira e controle – SISTEMA mencionado no inciso III do parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar nº 101/2000 alterado pela Lei Complementar nº 131/2009, foi regulamentado por meio do Decreto Federal nº 7.185/2010, que em seu artigo 1º assim determina:

Art. 1º A transparência da gestão fiscal dos entes da Federação referidos no art. 1º, § 3º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de

2000, será assegurada mediante a observância do disposto no art. 48, parágrafo único, da referida Lei e das normas estabelecidas neste Decreto.

Dessa forma, o referido Decreto também estabeleceu requisitos com padrão mínimo de qualidade necessário para assegurar a transparência da gestão fiscal, onde se extraiu os seguintes:

Art. 2º O sistema integrado de administração financeira e controle utilizado no âmbito de cada ente da Federação, doravante denominado SISTEMA, deverá permitir a liberação em tempo real das informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira das unidades gestoras, referentes à receita e à despesa, com a abertura mínima estabelecida neste Decreto, bem como o registro contábil tempestivo dos atos e fatos que afetam ou possam afetar o patrimônio da entidade.

§ 1º Integrarão o SISTEMA todas as entidades da administração direta, as autarquias, as fundações, os fundos e as empresas estatais dependentes, sem prejuízo da autonomia do ordenador de despesa para a gestão dos créditos e recursos autorizados na forma da legislação vigente e em conformidade com os limites de empenho e o cronograma de desembolso estabelecido.

§ 2º Para fins deste Decreto, entende-se por:

I – [...]

II - liberação em tempo real: a disponibilização das informações, em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, até o primeiro dia útil subsequente à data do registro contábil no respectivo SISTEMA, sem prejuízo do desempenho e da preservação das rotinas de segurança operacional necessários ao seu pleno funcionamento;

III - meio eletrônico que possibilite amplo acesso público: a Internet, sem exigências de cadastramento de usuários ou utilização de senhas para acesso; e

IV - [...]

Art. 4º Sem prejuízo da exigência de características adicionais no âmbito de cada ente da Federação, consistem requisitos tecnológicos do padrão mínimo de qualidade do SISTEMA:

I - [...]

II - permitir o armazenamento, a importação e a exportação de dados; e

III - [...]

Art. 7º Sem prejuízo dos direitos e garantias individuais constitucionalmente estabelecidos, o SISTEMA deverá gerar, para disponibilização em meio eletrônico que possibilite amplo acesso público, pelo menos, as seguintes informações relativas aos atos praticados pelas unidades gestoras no decorrer da execução orçamentária e financeira:

I - quanto à despesa:

a) o valor do empenho, liquidação e pagamento;

- b) o número do correspondente processo da execução, quando for o caso;
 - c) a classificação orçamentária, especificando a unidade orçamentária, função, subfunção, natureza da despesa e a fonte dos recursos que financiaram o gasto;
 - d) a pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento, inclusive nos desembolsos de operações independentes da execução orçamentária, exceto no caso de folha de pagamento de pessoal e de benefícios previdenciários;
 - e) o procedimento licitatório realizado, bem como à sua dispensa ou inexigibilidade, quando for o caso, com o número do correspondente processo; e
 - f) o bem fornecido ou serviço prestado, quando for o caso;
- II - quanto à receita, os valores de todas as receitas da unidade gestora, compreendendo no mínimo sua natureza, relativas a:
- a) previsão;
 - b) lançamento, quando for o caso; e
 - c) arrecadação, inclusive referente a recursos extraordinários.

O Município de **Morro Grande**, com base na população estimada⁵ quando a Lei Complementar nº 131/2009 entrou em vigor, acrescentando dispositivos à Lei Complementar nº 101/2000, se enquadra na regra estabelecida no artigo 73-B, III, do citado diploma legal, ou seja, o cumprimento das determinações dispostas nos incisos II e III do parágrafo único do artigo 48 e do artigo 48-A da referida Lei iniciará no exercício de 2013.

A análise no que se refere à disponibilização de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira do Município consistiu na verificação da existência ou não da divulgação dessas informações por meios eletrônicos.

Assim, constatou-se que o Município de **Morro Grande** possui em meios eletrônicos a divulgação de informações sobre a execução orçamentária e financeira. Alertando-se que a partir do mês de maio de 2013 é obrigatória a divulgação desses dados de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 101/2000, alterada pela Lei Complementar nº 131/2009, e do Decreto Federal nº 7.185/2010.

⁵ População de 2.790 habitantes (IBGE – 2008).

9. RESTRIÇÕES APURADAS

9.1 RESTRIÇÕES DE ORDEM LEGAL

9.1.1 Ausência de remessa do Parecer do Conselho do FUNDEB, em desacordo com o artigo 27, da Lei nº 11.494/07.

9.1.2 Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2011, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de **R\$ 19.155,79**, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do artigo 21 da Lei nº 11.494/2007 (item 5.2.2, limite 3).

9.1.3 Atraso na remessa do Relatório de Controle Interno referente ao 6º bimestre, em desacordo aos artigos 3º e 4º da Lei Complementar nº 202/2000 c/c artigo 5º, § 3º da Resolução nº TC - 16/94, alterada pela Resolução nº TC - 11/2004 (Quadro 20).

9.1.4 Valores impróprios lançados no Ativo Realizável, a título de “Créditos a Receber”, no montante de **R\$ 60.000,00**, superestimando o Ativo Financeiro do Município, em afronta ao disposto nos artigos 35, 85 e 105, I, § 1º da Lei nº 4.320/64 (Quadro 11 A).

9.1.5 Divergência, no valor de **R\$ 374.209,31**, entre os créditos autorizados constantes do Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 (R\$ 13.260.533,81) e o apurado através das informações enviadas via Sistema e-Sfinge – Módulo Planejamento (R\$ 12.886.324,50), caracterizando afronta aos artigos 75, 90 e 91 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 2 e 6).

9.1.6 Divergência, no valor de **R\$ 60.000,00**, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ -322.806,80) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$

262.806,80), em afronta ao artigo 102 da Lei nº 4.320/64 (Quadros 11 e 02).

10. SÍNTESE DO EXERCÍCIO DE 2011

Quadro 21 – Síntese

1) Balanço Anual Consolidado	Embora, as demonstrações apresentem inconsistências de natureza contábil, essas não afetam de forma significativa a posição financeira, orçamentária e patrimonial do exercício em análise.	
2) Resultado Orçamentário	Déficit totalmente absorvido pelo superávit financeiro do exercício anterior	R\$ 262.806,80
3) Resultado Financeiro	Superávit	R\$ 387.078,37
4) LIMITES	PARÂMETRO MÍNIMO	REALIZADO
4.1) Saúde	15,00%	18,24%
4.2) Ensino	25,00%	31,98%
4.3) FUNDEB	60,00%	98,98%
	95,00%	98,98%
4.4) Despesas com pessoal	PARÂMETRO MÁXIMO	REALIZADO
a) Município	60,00%	40,82%
b) Poder Executivo	54,00%	37,75%
c) Poder Legislativo	6,00%	3,06%

CONCLUSÃO

Considerando que a apreciação das contas tomou por base os dados e informações exigidos pela legislação aplicável, de veracidade ideológica apenas presumida, podendo o Tribunal de Contas - a qualquer época e desde que venha a ter ciência de ato ou fato que a desabone - reapreciar, reformular seu entendimento e emitir novo pronunciamento a respeito;

Considerando que a análise foi efetuada conforme técnicas apropriadas de auditoria, que preveem inclusive a realização de inspeção *in loco* e a utilização de amostragem, conforme o caso;

Considerando que o julgamento das contas de governo do Prefeito Municipal, pela Colenda Câmara de Vereadores, não envolve exame da responsabilidade de administradores municipais, inclusive do Prefeito, quanto a atos de competência do exercício em causa, que devem ser objeto de exame em processos específicos;

Considerando o exposto e mais o que dos autos consta, para efeito de emissão de PARECER PRÉVIO a que se refere o art. 50 da Lei Complementar nº 202/2000, referente às contas do **exercício de 2011 do Município de Morro Grande**.

Diante das **Restrições de Ordem Legal** apuradas no item **9.1**, deste Relatório, entende esta Diretoria que possa o Tribunal de Contas, além da emissão do parecer prévio, decidir por:

I - **RECOMENDAR** à Câmara de Vereadores anotação e verificação de acatamento, pelo Poder Executivo, das observações constantes do presente Relatório;

II - **RECOMENDAR** ao Responsável pelo Poder Executivo a adoção de providências imediatas quanto às irregularidades mencionadas no Capítulo 7 – Do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;



III - **SOLICITAR** à Câmara de Vereadores seja o Tribunal de Contas comunicado do resultado do julgamento das Contas Anuais em questão, conforme prescreve o art. 59 da Lei Complementar nº 202/2000, inclusive com a remessa do ato respectivo e da ata da sessão de julgamento da Câmara.

É o Relatório,

DMU/Divisão 7, em 03/10/2012.

MOEMA RIBEIRO DAUX
Auditor Fiscal de Controle Externo

RICARDO JOSÉ DA SILVA
Auditor Fiscal de Controle Externo
Chefe da Divisão 7

De Acordo

Em 03/10/2012.

SALETE OLIVEIRA
Coordenadora de Controle
Inspetoria 3

ANEXO

Deduções das Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas às Ações e Serviços Públicos de Saúde (fonte: Sistema e-sfinge, fl. 440 dos autos)	301.893,22
Despesa excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde (demonstrado no Apêndice deste Relatório)	150,07
Total das Deduções com Ações e Serviços Públicos de Saúde do Município	302.043,29

Deduções das Despesas com Educação Básica

Descrição	R\$
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil (fonte: Sistema e-sfinge, fls. 430/438 dos autos)	12.759,30
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento da Educação Infantil (demonstrado no Apêndice deste Relatório)	22.036,89
Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinados ao Ensino Fundamental (fonte: Sistema e-sfinge, fls. 430/438 dos autos)	390.468,07
Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (demonstrado no Apêndice deste Relatório)	44.042,68
Total das deduções das despesas com Educação Básica	469.306,94

Apuração Financeira da aplicação dos recursos oriundos do FUNDEB

Descrição	R\$
Transferências do FUNDEB (fonte: Anexo 02, fl. 07 dos autos)	881.610,68
(+) Rendimentos de Aplicações Financeiras das Contas do FUNDEB (fonte: Anexo 02, fl. 05 dos autos)	7.766,91
(-) Saldo Financeiro do FUNDEB em 31/12/2011 (fonte: Sistema e-sfinge, fl. 443 dos autos)	9.064,37
(+) Despesas inscritas em Restos a Pagar no exercício e/ou despesas registradas em DDO no exercício, com disponibilidade dos recursos do FUNDEB	0,00
(=) Total de utilização dos recursos do FUNDEB no exercício de 2011	880.313,22

Fonte: Demonstrativos do Balanço Geral consolidado, dados do Sistema e-Sfinge e análise técnica.



APÊNDICE

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Saúde:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
64 - Atenção Básica	2011	301	228.624,72	228.624,72	228.624,72
66 - Vigilância em Saúde	2011	304	11.750,90	11.750,90	11.750,90
67 - Assistência Farmacêutica Básica	2011	303	61.517,60	61.517,60	61.517,60
TOTAL			301.893,22	301.893,22	301.893,22

Despesas excluídas por não serem consideradas como de Ações e Serviços Públicos de Saúde:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Fundo Municipal de Saúde de Morro Grande	02 - Receitas de Impostos e Transf de impostos: Saúde	301	97	01/02/2011	MERCADO BRINA LTDA - ME	150,07	150,07	150,07	PELA AQUISICAO DE LEITE, CAFE, ACUCAR, CHA DE CAMOMILA, CHA PRETO E OLEO DE GIRASSOL, GENEROS DE ALIMENTACAO PARA MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
TOTAL						150,07	150,07	150,07	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas à Educação Infantil:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	365	12.759,30	12.759,30	12.759,30
TOTAIS			12.759,30	12.759,30	12.759,30

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	335	16/02/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	365,19	365,19	365,19	PELA AQUISICAO DE ALIMENTOS PRA ELABORACAO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	388	21/02/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	667,65	667,65	667,65	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PRA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	466	28/02/2011	ROSIMERI COSTA FENALI - ME	255,16	255,16	255,16	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PRA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR ENSINO INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	518	10/03/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	384,36	384,36	384,36	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PARA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	562	23/03/2011	PANIFICADORA MORRO GRANDE LTDA ME	169,00	169,00	169,00	PELA AQUISICAO DE 26 KG DE PAO, GENERO ALIMENTICIO UTILIZADO NA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	667	31/03/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	235,86	235,86	235,86	PELA AQUISICAO DE GENEROS DE ALIMENTACAO UTILIZADO NA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	860	09/05/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	4.949,82	4.949,82	4.949,82	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	865	09/05/2011	PANIFICADORA MORRO GRANDE LTDA ME	875,00	875,00	875,00	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos:	365	870	09/05/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	4.883,81	4.883,81	4.883,81	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL, DO MUNICIPIO



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
	Educação								DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1959	28/10/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	523,49	523,49	523,49	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2054	21/11/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	714,77	714,77	714,77	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2146	01/12/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	246,11	246,11	246,11	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2240	14/12/2011	VANUSA CORAL BIZ	630,00	630,00	630,00	REF. LOCACAO DE BRINQUEDOS, CAMA ELASTICA, PISCINA DE BOLINHAS E BRINQUEDOS INFLAVEIS, EM VIRTUDES DAS COMEMORACOES NATALINAS - CHEGADA PAPAI NOEL - VISANDO A MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	303	03/02/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	47,49	47,49	47,49	PELA AQUISICAO DE FARINHA DE TRIGO, ACUCAR, SAL, BATATA INGLESIA, CEBOLA, CAFE, GENEROS ALIMENTICIO UTILIZADO NA ELABORACAO DA MERENDA ESCOLAR INFANTIL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	875	09/05/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	4.761,75	4.761,75	4.761,75	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1359	22/07/2011	PANIFICADORA ROSSI LTDA	254,00	254,00	254,00	PELA AQUISICAO DE SALGADINHOS, CUCA CASEIRA E BOLO, GENEROS DE ALIMENTACAO FORNECIDOS AOS PROFISSIONAIS DA EDUCACAO E REUNIAO PEDAGOGICAS.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1957	28/10/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	264,69	264,69	264,69	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	1973	01/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	462,44	462,44	462,44	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf	365	1988	17/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	216,21	216,21	216,21	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico (R\$)
Morro Grande	de Impostos: Educação								REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2052	21/11/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	531,33	531,33	531,33	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2056	21/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	275,65	275,65	275,65	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	365	2142	01/12/2011	MERCADO BRINA LTDA. -EPP	323,11	323,11	323,11	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO INFANTIL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
TOTAL						22.036,89	22.036,89	22.036,89	

Despesas com Recursos de Convênios e/ou Receitas Vinculadas destinadas ao Ensino Fundamental:

Fonte de Recurso	Ano	Sub Função	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)
22 - Transferências de Convênios: Educação	2011	361	118.398,20	118.398,20	118.398,20
24 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	2011	361	123.709,31	123.709,31	123.709,31
58 - Salário Educação	2011	361	80.064,28	80.064,28	80.064,28
59 - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	2011	361	863,40	863,40	863,40
60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	2011	361	17.542,97	17.542,97	17.542,97
61 - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE	2011	361	49.889,91	49.889,91	49.889,91
TOTAL			390.468,07	390.468,07	390.468,07

Despesas excluídas por não serem consideradas como de manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental:

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	354	16/02/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	795,83	795,83	795,83	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMETICIO PARA ELABORACAO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	391	21/02/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	1.321,00	1.321,00	1.321,00	PELA AQUISICAO DE GENEROS DE ALIMENTACAO PARA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO PUBLICO



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Morro Grande									MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	563	23/03/2011	PANIFICADORA MORRO GRANDE LTDA ME	650,00	650,00	650,00	PELA AQUISICAO DE 100 KG DE PAO. GENERO ALIMENTICIO UTILIZADO NA MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	648	31/03/2011	ROSIMERI COSTA FENALI - ME	808,84	808,84	808,84	PELA AQUISICAO DE ALIMENTOS UTILIZADO NA MANUTENCAO DO DA MERENDA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	678	31/03/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	157,97	157,97	157,97	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS VISANDO A MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	862	09/05/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	9.163,33	9.163,33	9.163,33	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	867	09/05/2011	PANIFICADORA MORRO GRANDE LTDA ME	3.479,00	3.479,00	3.479,00	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	872	09/05/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	8.441,82	8.441,82	8.441,82	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	877	09/05/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	8.778,85	8.778,85	8.778,85	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	1946	28/10/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	283,96	283,96	283,96	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	1958	28/10/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	559,27	559,27	559,27	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	1960	28/10/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	526,22	526,22	526,22	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.

Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	1974	01/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	465,61	465,61	465,61	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	1989	17/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	464,19	464,19	464,19	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2053	21/11/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	695,76	695,76	695,76	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2055	21/11/2011	MERCADO NOVA ROMA LTDA ME	1.128,62	1.128,62	1.128,62	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2057	21/11/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	223,32	223,32	223,32	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2134	29/11/2011	COOP. PRODUCAO AGROIND. FAMILIAR DE NOVA VENEZA	743,15	743,15	743,15	PELA AQUISICAO DE PAO CASEIRO LA DOLCE VITA, PAO DE MEL LA DOLCE VITA E MASSA CASEIRA, GENEROS ALIMENTICIOS VISANDO A MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2143	01/12/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	419,38	419,38	419,38	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	00 - Recursos Ordinários	361	2147	01/12/2011	MERCADO BETIOL LTDA ME	265,34	265,34	265,34	PELA AQUISICAO DE GENEROS ALIMENTICIOS PERECIVEIS E NAO PERECIVEIS, DESTINADOS A ALIMENTACAO DE ALUNOS DA REDE PUBLICA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICIPIO DE MORRO GRANDE.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	688	07/04/2011	CASA AGRICOLA DAL TOE LTDA - ME	16,34	16,34	16,34	PELA AQUISICAO DE MUDAS DE ALFACE, REPOLHO E CORRELATOS, MUDAS E INSUMOS UTILIZADO NA MANUTENCAO DA HORTA ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1079	06/06/2011	PANIFICADORA ROSSI LTDA	175,40	175,40	175,40	PELA AQUISICAO DE BOLOS, ROCOMBOLES E SALGADINHOS, GENEROS DE ALIMENTACAO UTILIZADO NA ATIVIDADES ESCOLARES DO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de	01 - Receitas de Impostos e Transf de	361	1114	06/06/2011	T & C COMERCIO DE CALCADOS LTDA	500,00	500,00	500,00	PELA AQUISICAO DE DEZ PARES DE CALCADO PARA GRUPO DE DANCA ITALIANA, MANUTENCAO DO ENSINO PUBLICO



Unidade	Fonte de Recurso	Sub Função	Nº Empenho	Data Empenho	Credor	Valor Empenho (R\$)	Valor Liquidação (R\$)	Valor Pagamento (R\$)	Histórico
Morro Grande	Impostos: Educação								MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1295	01/07/2011	IVANIR IZE FABRIS	1.800,00	1.800,00	1.800,00	REF. CONFECCAO DE ROUPAS PARA O GRUPO DE DANCAS FOLCLORICAS DO MUNICIPIO.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1312	01/07/2011	COOP. PRODUCAO AGROIND. FAMILIAR DE NOVA VENEZA	193,83	193,83	193,83	PELA AQUISICAO DE BISCOITO, ALFAJOR, BOLACHA, CASADINHO E ROSQUINHA, GENEROS DE ALIMENTACAO FORNECIDO AOS PROFISSIONAIS DA AREA DE ENSINO EM REUNIAO PEDAGOGICA.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1468	04/08/2011	PANIFICADORA ROSSI LTDA	371,61	371,61	371,61	PELA AQUISICAO DE ROSCA DE POLVILHO, SALGADINHOS E PASTEIZINHOS, GENEROS DE ALIMENTACAO UTILIZADO NA MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS COM ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1607	30/08/2011	BIG BOM SORVETES LDTA- EPP	520,00	520,00	520,00	PELA AQUISICAO DE 8 BALDES DE SORVETES E 4 CAIXAS DE CASQUINHAS, PARA GRUPO DE DANCA ITALIANA, MANUTENCAO DO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1637	30/08/2011	MERCADO BRINA LTDA. - EPP	4,47	4,47	4,47	PELA AQUISICAO DE TRES DE UNIDADES DE ERVA DOCE, UTILIZADO NA ELABORACAO DE CHAS FORNECIDO AOS VISITANTES, SENDO PAIS DE ALUNOS E TAMBÉM AO CORPO DOCENTE MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1861	25/10/2011	ROBERTO SCOTTI	600,00	600,00	600,00	REF. SERVICO DE SONORIZACAO PARA REALIZACAO DO FESTIVAL DE DANCA, ATIVIDADES INERENTES AO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL.
Prefeitura Municipal de Morro Grande	01 - Receitas de Impostos e Transf de Impostos: Educação	361	1950	28/10/2011	PANIFICADORA ROSSI LTDA	489,57	489,57	489,57	PELA AQUISICAO DE TORTA ESPECIAL E SALGADINHOS, GENEROS ALIMENTICIOS VISANDO A MANUTENCAO DO ENSINO PUBLICO MUNICIPAL.
TOTAL						44.042,68	44.042,68	44.042,68	